

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR

IGOR LEONARDO MAGALHÃES RIPARDO

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA: a contribuição da atividade de inteligência para a Polícia Militar do Maranhão no combate a assaltos a bancos no interior do Estado do Maranhão

São Luís
2022

IGOR LEONARDO MAGALHÃES RIPARDO

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA: a contribuição da atividade de inteligência para a Polícia Militar do Maranhão no combate a assaltos a bancos no interior do Estado do Maranhão

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de bacharel em Segurança Pública.

Orientador: Prof. Raimundo Teixeira De Araújo

São Luís
2022

Ripardo, Igor Leonardo Magalhães.

Atividade de inteligência: a contribuição da atividade de inteligência para a Polícia Militar do Maranhão no combate a assaltos a bancos no interior do Estado do Maranhão / Igor Leonardo Magalhães Ripardo. – São Luís, 2022.

... f

Monografia (Graduação) – Curso de Formação de Oficiais PM-MA, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Raimundo Teixeira de Araújo.

1.Atividade de inteligência. 2.Inteligência de segurança pública.

IGOR LEONARDO MAGALHÃES RIPARDO

ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA: a contribuição da atividade de inteligência para a Polícia Militar do Maranhão no combate a assaltos a bancos no interior do Estado do Maranhão

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Estadual do Maranhão- UEMA como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharelado em Segurança Pública.

Aprovado em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Raimundo Teixeira De Araújo (Orientador)
Polícia Militar do Maranhão

Prof. Ms. Inácio Ferreira Façanha Neto
Universidade Estadual do Maranhão

Ten. Cel. QOPM Airton Fontinelle Torres
Polícia Militar do Maranhão

Aos meus dedicados pais, que não mediram esforços para me propiciar o melhor nesta jornada, e que abriram o caminho para todas as minhas conquistas e realizações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela oportunidade de concretizar meus sonhos e objetivos e por me agradecer com saúde, força e persistência.

Agradeço a meus pais, Maria Edizeuda e Sebastião, que sempre me apoiaram e me ofereceram todas as condições para as minhas conquistas e realizações e que se dedicaram incondicionalmente a minha formação intelectual e moral.

Agradeço aos meus estimados amigos, nobres cadetes, Duarte, Leonardo, Silva Sousa e Wesley pela parceria ao longo do Curso de Formação de Oficiais, a qual formamos uma equipe de trabalho diligente e comprometida e principalmente amigos leais e presentes.

Agradeço ao meu orientador Prof. Raimundo Teixeira De Araújo, pela disponibilidade e grande conhecimento compartilhado e pelos materiais essenciais cedidos para a realização deste trabalho.

Agradeço a Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias e seu corpo de Oficiais, Praças e civis, pelos inestimáveis valores, pelas lições de disciplina e todos os aspectos em que consistiram minha formação como Cadete e futuro Aspirante.

Agradeço a Universidade Estadual do Maranhão, pelos aprendizados durante o período em que fui discente desta instituição, pela dedicação de todos os professores e funcionários responsáveis pela nossa formação.

Agradeço a todos os amigos e familiares não citados, que contribuíram de alguma forma com esta realização.

“Aquele que se empenha a resolver as dificuldades resolve-as antes que elas surjam. Aquele que se ultrapassa a vencer os inimigos triunfa antes que as suas ameaças se concretizem”.

Sun Tzu

“É possível ter que evitar uma batalha mais de uma vez para ganhá-la”.

Margaret Thatcher

RESUMO

Tendo em vista que as modalidades criminosas que mais preocupam as autoridades na atualidade estão ligadas ao crime organizado e que uma de suas principais vertentes são as quadrilhas de assalto a bancos, considerando que suas ações são violentas e altamente danosas ao poder público, privado e a sociedade, pesquisa-se sobre a atividade de inteligência e as organizações criminosas, a fim de analisar as possíveis contribuições daquela para a Polícia Militar do Maranhão na prevenção de assalto a bancos no interior do estado. Para tanto é necessário realizar um estudo aprofundado visando conceituar atividade de inteligência, seus métodos, técnicas e operacionalização, descrever as características do fenômeno de assalto a bancos nos interiores do estado e identificar as técnicas de inteligência adequadas a atividade de policiamento preventivo. Realiza-se então uma pesquisa bibliográfica exploratória. Diante disso verifica-se que a atividade de inteligência possui um acervo de conhecimentos e técnicas que podem assessorar as ações operacionais e permitir o planejamento de ações, e que outras forças policiais utilizam dos conhecimentos de inteligência obtendo bons resultados. Constata-se então que a atividade de inteligência pode trazer uma contribuição decisiva ante as ações operacionais e definir os caminhos que esta pode tomar.

Palavras-chave: Atividade de inteligência. Inteligência de segurança pública. Assalto a bancos. Segurança Pública.

ABSTRACT

Considering that the criminal modalities that most concern the authorities today are linked to organized crime and that one of its main aspects are bank robbery gangs, considering that their actions are violent and highly harmful to public, private and society, the intelligence activity and criminal organizations are researched, in order to analyze the possible contributions of that to the Military Police of Maranhão in the prevention of bank robbery in the interior of the state. Therefore, it is necessary to carry out an in-depth study aiming to conceptualize intelligence activity, its methods, techniques and operationalization, describe the characteristics of the phenomenon of bank robbery in the interior of the state and identify the appropriate intelligence techniques for preventive policing activity. An exploratory bibliographic research is then carried out. In view of this, it appears that the intelligence activity has a collection of knowledge and techniques that can advise operational actions and allow the planning of actions, and that other police forces use intelligence knowledge obtaining good results. It appears then that the intelligence activity can make a decisive contribution to operational actions and define the paths it can take.

Keywords: Intelligence. Public security intelligence. Bank robbery. Public security.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fatores diferenciadores do conhecimento	30
Figura 2 - Ciclo de Inteligência	33
Figura 3 - Metodologia para produção do conhecimento	34
Figura 4 - Processo de Gerenciamento de Riscos do DHS	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Princípios da atividade de inteligência	25
Quadro 2 - Tipos de conhecimento em atividade de inteligência	29
Quadro 3 - Complexidade do trabalho mental.....	31
Quadro 4 - Medidas de contrainteligência.....	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Assaltos, explosões e saidinhas no maranhão.....	57
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
APREC	Apreciação
COSAR	Comando de Operações e Sobrevivência em Área Rural
CYBINT	Cyber Intelligence
DNISP	Doutrina Nacional de Segurança Pública
ENISP	Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública
ESINT	Escola de Inteligência
ESTM	Estimativa;
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
GEOINT	Geospatial Intelligence
IMINT	Imagery Intelligence
INFE	Informe
INFO	Informação
ISP	Inteligência de Segurança Pública
SIGINT	Signals Intelligence
MASINT	Measurement and Signature Intelligence
OSINT	Open Source Intelligence
TECHINT	Technical Intelligence
MEDINT	Medical Intelligence
MI	Mensagem de Inteligência Corrente (MI)
MPC	Metodologia de Produção do Conhecimento
OB	Ordem de Busca (OB)
PI	Pedido de Inteligência (PI)
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PMMA	Polícia Militar do Maranhão
PNISP	Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública
REI	Relatório Especial de Inteligência (REI)
RPI	Relatório Periódico de Inteligência (RPI)
SEEB-MA	Sindicato dos Bancários do Maranhão
SUMINT	Sumário de Inteligência Corrente (SUMINT)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Objetivos	18
1.1.1	Objetivo Geral.....	18
1.1.2	Objetivos Específicos.....	19
2	RESULTADOS	20
2.1	Atividade de inteligência	20
2.1.1	Contexto histórico	20
2.1.2	Conceito de atividade de inteligência	22
2.1.3	Princípios da atividade de inteligência.....	25
2.1.4	Disciplinas de inteligência.....	27
2.1.5	Tipo de conhecimento em atividade de inteligência	28
2.1.6	Metodologia da produção de conhecimento	31
2.1.7	Documentos de inteligência.....	35
2.1.8	Operações de inteligência	37
2.1.9	Contrainteligência	38
2.2	Inteligência de segurança pública	39
2.2.1	Política Nacional de inteligência de segurança pública	40
2.2.2	Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública.....	42
2.2.3	Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública	44
2.2.4	Inteligência Policial Militar.....	45
2.2.5	Técnicas assessórias.....	46
2.3	Diretoria de Inteligência e Assuntos Estratégicos	49
2.3.1	Contexto histórico	49
2.3.2	Legislação pertinente.....	50
2.4	Assaltos a agências bancárias, “Novo Cangaço” e crime organizado	52
2.4.1	Contexto histórico	53
2.4.2	Diferenças entre as duas modalidades.....	54
2.4.3	Modus operandi das quadrilhas.....	54
2.4.4	Combate ao “Novo Cangaço”	55
2.4.5	Assaltos a bancos no Estado do Maranhão.....	56
2.5	Atividade de inteligência aplicada nas ocorrências de assalto a agências bancárias	58

2.5.1	Medidas contra quadrilhas especializadas	58
2.5.2	Utilização da atividade de inteligência no planejamento operacional	60
3	METODOLOGIA.....	65
3.1	Pressupostos epistemológicos	65
3.2	Abordagem e tipologia da pesquisa	67
3.3	Técnicas e materiais de pesquisa	68
4	DISCUSSÃO	70
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

1 INTRODUÇÃO

Um dos principais problemas enfrentados pelo sistema de segurança pública ao nível nacional, são ocorrências envolvendo as instituições financeiras do país, especialmente os bancos que costumam possuir grandes quantias nas suas unidades, seja em caixas eletrônicos, ou em cofres, tornando-se assim alvos de quadrilhas de pequeno e grande porte. No estado do Maranhão, assim como em muitos outros estados do Nordeste, os interiores sofrem com problemas estruturais de segurança, como efetivo policial reduzido e ausência de treinamento e equipamentos adequados para o enfrentamento imediato contra organizações criminosas bem estruturadas.

Segundo dados dos sindicatos dos bancários SEEB-MA (2021), de 2015 a 2021 foram identificadas 259 ocorrências envolvendo instituições bancárias, nas modalidades, de assalto, arrombamentos, saidinhas (roubos a clientes após saírem das agências), e tentativas. Na modalidade de assalto a bancos, no mesmo período foram identificadas 40 ocorrências, que nesse íterim apresenta um número decrescente de delitos. Os assaltos são um dos objetos de estudo deste trabalho, por envolver, geralmente, ações de quadrilhas altamente organizadas, na qual suas operações costumam apresentar um alto grau de violência, envolvendo reféns e ataques sistematizados as forças de segurança pública estaduais.

O tema desta pesquisa é: “Atividade de inteligência: a contribuição do Serviço de Inteligência para a Polícia Militar do Maranhão no combate a assalto a bancos no interior do Estado do Maranhão”, e busca fundamentar a atividade de inteligência, bem como a atuação das quadrilhas de assalto a bancos no interior do estado, visando estabelecer relações entre os conhecimento e buscar soluções que possam assessorar o processo decisório na fase operacional, buscando maior efetividade, evitando assim perdas pessoais e patrimoniais à população e a própria instituição.

Sobre a atividade de inteligência entende-se como a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado, de acordo com a Lei n.º 9883/99 de 07 de dezembro de 1999 (BRASIL 1999).

Inteligência é, portanto, uma atividade que tem como finalidade a produção de

conhecimento, na qual possui a tarefa de reunir dados e produzir documentos que irão assessorar um determinado usuário, por este motivo é uma atividade que pode perfeitamente amparar as ações preventivas da polícia militar, permitindo uma posição estratégica diante de possíveis delitos, mesmo antes destes ocorrerem.

O problema de pesquisa a ser respondido é: “De que forma a atividade de inteligência pode contribuir para a prevenção de assalto a bancos no interior do Estado do Maranhão?”. Através desta pergunta o direcionamento da pesquisa consiste em analisar de forma minuciosa quais os aspectos relacionados a atividade de inteligência são mais adequados a análise e produção de conhecimento sobre as organizações criminosas com especialidade em assalto a instituições bancárias e como a Polícia Militar do Maranhão pode ser subsidiada com o conhecimento produzido, para que ela possa atuar de forma mais efetiva na prevenção destes crimes, ou em caso da impossibilidade deste, de forma repressiva, com menos danos patrimoniais ou pessoais.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as contribuições da atividade de inteligência para a Polícia Militar do Maranhão na prevenção de assalto a bancos no interior do Estado do Maranhão e os objetivos específicos são: conceituar atividade de inteligência, seus métodos, técnicas e operacionalização, descrever as características do fenômeno de assalto a bancos nos interiores do estado e identificar as técnicas de inteligência adequadas a atividade de policiamento preventivo. Assim a pesquisa define então dois objetos de estudo, a atividade de inteligência e os aspectos relacionados a assaltos a agências bancárias.

A pesquisa se inicia com a conceituação da atividade de inteligência, seus princípios, disciplinas, os tipos de conhecimentos produzidos, as metodologias utilizadas na produção dos conhecimentos, quais os documentos que atividade de inteligência produz, as técnicas operacionais utilizadas pelos agentes para a obtenção dos dados negados e, conceito e principais aspectos da contrainteligência. Ainda relacionado a atividade de inteligência é apresentada a inteligência de segurança pública, que apresenta algumas peculiaridades, seu conceito e finalidade, características e princípios, inteligência policial militar a produção de conhecimento e as técnicas assessórias da análise criminal, análise de vínculo e análise de risco. Finalizando o tema, uma apresentação da Diretoria de Inteligência e Assuntos Estratégicos (DIAE) da Polícia Militar do Maranhão.

A segunda parte do trabalho discorre sobre os assaltos a agências bancárias,

realizando uma análise sobre o perfil dos criminosos, suas associações e características, e o funcionamento das operações, *modus operandi* das quadrilhas, aparato bélico e tecnológico utilizados.

Por fim foi traçado um paralelo entre os conhecimentos aqui definidos de modo a relacionar quais os aspectos da atividade de inteligência podem auxiliar os tomadores de decisão da PMMA a otimizar sua atuação com o objetivo de combater as quadrilhas de assalto a bancos no interior do estado.

A pesquisa desenvolvida baseia-se no paradigma interpretativo e é de natureza qualitativa, foi produzida por meio de análise documental e estudo de obras relevantes na área, as técnicas de pesquisa utilizadas para a conclusão do trabalho foram a análise de conteúdo, baseado no levantamento bibliográfico e técnica da observação.

A fim de direcionar o estudo, foi levantado a seguinte hipótese: A produção de conhecimento nos campos estratégicos e operacionais por meio da atividade de inteligência e o estudo acerca das características e modo de operar das quadrilhas organizadas de assalto a bancos, podem contribuir com as ações policiais preventivas no combate a assalto as agências bancárias no interior do Estado do Maranhão.

Ao final do estudo, verificou-se que os objetivos foram atingidos, através da análise bibliográfica e documental realizada, permitindo assim que o problema de pesquisa fosse respondido.

Constatou-se então que a atividade de inteligência possui uma série de técnicas e procedimentos que ao serem aplicadas corretamente podem apoiar a equipe operacional em suas ações, permitindo planejamento adequado das operações e evitando surpresas e intercorrências.

1.1 Objetivos

Esta seção especifica os objetivos de pesquisa, que irão indicar o direcionamento da pesquisa.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar as contribuições da atividade de inteligência para a Polícia Militar do

Maranhão na prevenção de assalto a bancos no interior do Estado do Maranhão.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Conceituar atividade de inteligência, seus métodos, técnicas e operacionalização.
- Descrever as características do fenômeno de assalto a bancos nos interiores do estado.
- Identificar as técnicas de inteligência adequadas a atividade de policiamento preventivo.

2 RESULTADOS

Este capítulo irá analisar os resultados do levantamento bibliográfico e documental realizado, trazendo os principais conceitos, fatos e informações acerca da atividade de inteligência, inteligência de segurança pública, assaltos a instituições bancárias e inteligência aplicada na prevenção de assaltos a bancos.

2.1 Atividade de inteligência

2.1.1 Contexto histórico

A atividade de inteligência possui registros históricos de operações desde os tempos antigos, quando esta ainda era escassa e primitiva. Pesquisadores encontraram referências sobre atividades semelhantes à atividade de inteligência, com objetivos distintos, nos povos antigos, como egípcios, gregos e romanos, que iniciaram as bases da atividade de inteligência como hoje é conhecida e estruturada. Era utilizada principalmente como ferramenta de assessoramento de grandes líderes militares, a exemplo de Xerxes, Aníbal e César. Porém, não se sabe exatamente onde se iniciou de fato a atividade de inteligência, sendo esta tratada por muitos autores como a segunda profissão mais antiga do mundo.

Ninguém sabe ao certo e com exatidão quando a espionagem, como a conhecemos, começou. Evidências arqueológicas antigas, do início da civilização, contém traços de espionagem primitiva. Tabuletas de barro descobertas, gravadas mais de 4000 anos atrás, mencionam operações de espionagem; entre elas uma tabuleta suméria descreve uma operação de espionagem que usava sinais de fogueiras acesas por espiões que trabalhavam dentro da cidade da Babilônia, para transmitir informações sobre as defesas da cidade (VOLKMAN, 2013, p. 17).

No trecho acima, o autor cita a espionagem, que não deve ser confundida com inteligência, mas sim vista como parte do processo. Para Volkman (2003, pg. 7) “a espionagem é o processo de coleta de inteligência, que deve ser distinguida da informação”. A inteligência, segundo ele, é a informação processada.

Ainda sobre as origens da atividade de inteligência, Cepik (2003, p. 87)

discorre que “relatos sobre o uso de espiões militares remontam ao Velho Testamento da Bíblia, assim como figuram prescritivamente no manual de Sun Tzu sobre a arte da guerra²⁰, o Ping-fa, escrito na China no começo do século IV a.C.”. Baseado nestas observações, conclui-se que a finalidade militar da atividade de inteligência, foi, portanto, onde ela encontrou maior aplicabilidade, embora não exclusivamente.

Outra tabuleta encontrada, da Mesopotâmia, usa um dos primeiros textos cifrados conhecidos do mundo para transmitir informações sobre o maior segredo da antiga Suméria, a fórmula do esmalte, que tinha dado a indústria de cerâmica suméria, uma grande vantagem. A tabuleta passa a avisar que espiões de outras civilizações estavam ativamente buscando a fórmula, que deveria ser guardada a qualquer custo (VOLKMAN, 2013, p. 17).

Ainda de acordo com Volkman (2003) a história da espionagem é também marcada por personagens curiosos, como o caso do espião Charles D'Eon, que servia o rei francês Luís XV e realizava grande parte de suas missões, vestido de mulher. Uma de suas missões mais famosas foi, disfarçado de mulher, tornar-se confidente da imperatriz russa Elisabeth, em que conseguiu diversas informações privilegiadas que foram transmitidos ao monarca francês, dando então a este, diversas vantagens estratégicas, mas foi no contexto militar que a atividade de inteligência evoluiu e tornou-se então uma aérea do conhecimento, baseado em processos sistematizados de produção de conhecimento, e tornou-se ao longo da história ferramenta importante de assessoramento político, que atuaram principalmente nos cenários de grandes confrontos bélicos ao longo da história, da antiguidade a modernidade, dando origem assim as grandes organizações de inteligência.

As primeiras organizações permanentes e profissionais de inteligência e de segurança surgiram na Europa moderna a partir do século XVI. Tais organizações surgiram no contexto da afirmação dos estados nacionais como forma predominante de estruturação da autoridade política moderna (CEPIK, 2003, p. 76).

Embora a finalidade militar tenha sido o carro-chefe das organizações de inteligência ao longo da história, elas têm tido papel de assessoramento político, coletando e processando informações diversas de interesses dos governantes e surgiram como importantes ferramentas, de custo relativamente baixo e grande

eficácia em comparação a outros meios de se obter informações de outras nações.

[...] Os reis e ministros dos Estados europeus modernos, em seu processo de competição com outros governantes e no esforço de implementar sua dominação sobre territórios e populações cada vez mais amplos, mobilizaram recursos e fundaram organizações especializadas na obtenção de informações. A criação de serviços secretos (mais tarde conhecidos como serviços de inteligência) foi uma das respostas às necessidades mais gerais dos governantes em termos de redução dos custos de transação associados à obtenção de informações (CEPIK, 2003, p. 79).

Volkman (2013) descreve que a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, foram o ápice da evolução dos serviços de inteligência, em que, fomentados pelas grandes potências, desenvolveram esta área do conhecimento em teoria e tecnologia, tendo como seus feitos mais famosos a atuação dos serviços de inteligência britânico e americano na área da criptografia, mais especificamente no processo de revelar mensagens codificadas das máquinas japonesas e alemãs, respectivamente nomeadas “PURPLE” e “Enigma”.

Tais máquinas foram revolucionárias na tarefa de transmissão de informações criptografadas, o que permitiu que diversas operações militares desses dois países fossem bem-sucedidas nos territórios inimigos, porém após um longo esforço das mentes mais brilhantes na área da matemática destes dois países foi possível desenvolver os equipamentos adequados para revelar as mensagens criptografadas, trazendo então grandes vantagens estratégicas para Estados Unidos e Reino Unido. O primeiro, não soube aproveitar muito bem suas vantagens, enquanto para o segundo, a criação da máquina “ULTRA”, desenvolvida pelo matemático Allan Turing, representou um ponto de virada no destino da segunda guerra (VOLKMAN, 2013).

2.1.2 Conceito de atividade de inteligência

Há um consenso entre os profissionais de inteligência que a atividade a nível nacional não recebe a devida importância, e que este ramo do conhecimento é imprescindível a democracia e soberania de uma nação, como já fora apontado nos eventos históricos em que a inteligência teve papel decisivo na vitória ou derrocada

de grandes nações. Como enunciado por Francis Bacon, conhecimento é poder, e as nações, que interna e externamente subestimam o poder da inteligência costumam pagar um preço alto que sempre acaba incidindo sobre seu povo.

Teixeira (2004, p. 14) aponta que: “no brasil existe uma grande aversão a atividade de inteligência, orquestrada por um considerável número de pessoas com penetração nos meios de comunicação de massa, que em algum momento de suas vidas, sentiram-se prejudicadas e atribuem a responsabilidade a um organismo de segurança supostamente ligado a Comunidade de Informações”.

Outra razão pela qual se estuda pouco a atividade de inteligência no Brasil deve-se ao fato de que essa é uma área do conhecimento tremendamente hermética. São poucos os que têm acesso a uma doutrina de inteligência, restrita àqueles “iniciados” na chamada “comunidade de inteligência”. Com isso, fica difícil ao pesquisador comum desenvolver seus trabalhos sobre um tema cuja doutrina ainda é mantida, pelos próprios órgãos de inteligência, em segredo (GONÇALVES, 2016, p. 06).

Inteligência é um termo polissêmico de grande abrangência, mas sempre relacionado a faculdades cognitivas, que envolvem memória e raciocínio, explicada em linhas gerais como a capacidade de solucionar problemas. A inteligência como atividade, refere-se a um processo, sistemático e definido que busca como resultado a produção do conhecimento, como se infere dos principais conceitos sobre a área.

Segundo a doutrina da Escola Superior de Inteligência (2011): “inteligência é o produto intelectual especialmente elaborado, resultante da interpretação conjunta de todos os elementos disponíveis a uma organização sobre as atividades, capacidades, planos, vulnerabilidades e intenções de determinado alvo para utilização imediata ou potencial. Difere de outras ciências pela sua natureza simultaneamente antecipativa, competitiva, conflituosa, complementar, sigilosa e permanente; pela atuação em um universo eminentemente antagônico, pela ênfase no acesso aos elementos negados nesse processo; pela eventual obtenção desses elementos sem o consentimento, a cooperação ou mesmo o conhecimento por parte dos alvos; e pela utilização de metodologia, linguagem, técnicas e recursos especiais. Este termo abrange igualmente a atividade de que resulta esse produto e a organização responsável por essa atividade, bem como outras atividades relacionadas”.

O conceito elaborado pela Escola Superior de Inteligência compreende a inteligência como sendo resultado de um processo que está atrelado, segundo a definição, a uma organização que deve ter em seu poder uma série de dados referentes a determinado alvo para que possa então formalizar o produto, que é o conhecimento. Destaca-se ainda que para a realização deste processo utiliza-se de metodologias, práticas, técnicas e recursos pouco usuais, pois na contramão do conhecimento científico “comum”, os dados de que necessita a atividade de inteligência são por definição de difícil acesso, muitas vezes com severas restrições ou mesmo proibições quanto a sua disponibilidade.

Tais características fazem da atividade de inteligência um ramo do conhecimento com metodologias peculiares e a obtenção de dados uma tarefa pouco ortodoxa. Não obstante, os agentes de inteligência lidam com missões arriscadas, em território adverso e sob a constante pressão de serem descobertos.

Para Teixeira (2004) inteligência é “atividade mediante a qual agentes de um Estado procuram desvendar as intenções, os projetos e os segredos de outros Estados”. Tais definições até aqui apresentadas, apontam a inteligência como um produto, mas Gonçalves (2016) afirma, baseado na obra do professor norte-americano Sherman Kent, a descrição da atividade de inteligência sob três aspectos: Inteligência como produto, como organização e como atividade ou processo. Inteligência como produto indica que a inteligência é o conhecimento produzido, materializado no relatório de inteligência confeccionado pelos analistas. Inteligência como organização refere-se as organizações que buscam o dado negado, ou seja, dados que possuem livre acesso aos agentes de inteligência, compreende, portanto, a estrutura que busca as informações e produzem o conhecimento. Inteligência como atividade ou processo refere-se aos meios pelo qual se solicita, obtém, processa e difunde os dados buscados, em outras palavras os procedimentos que materializam a atividade.

Gonçalves (2016) ainda traz em sua obra a definição de Mark Lowenthal, que afirma que inteligência é: “o processo pelo qual certos tipos de informações importantes para a segurança nacional são requeridos, coletados, analisados e disponibilizados aos tomadores de decisão (policymakers)”. Tal definição revela parte do processo que é a atividade de inteligência, em que o requerente é o usuário do serviço de inteligência, aquele que deverá utilizar os conhecimentos produzidos pela equipe, a coleta refere-se a reunião dos dados negados e a análise ao

processamento desses dados. As duas últimas tarefas são realizadas pelos agentes operacionais e os analistas de inteligência.

Ainda sobre o conceito de Lowenthal, o professor aponta que a atividade de inteligência tem como objetivo suprir uma necessidade de um tomador de decisão (usuário) e que, portanto a informação é reunida e processada, visando atender essa necessidade e que o processo, envolve a obtenção de dados sigilosos ou não, o que diferencia as ações dos agentes operacionais, chamadas de coleta e busca, sendo a coleta o processo de obtenção de dados ostensivos e a busca o processo de obtenção de dados sigilosos.

2.1.3 Princípios da atividade de inteligência

A atividade de inteligência é orientada por princípios que norteiam as ações de agentes e analistas em vistas de buscar a aplicação eficiente das técnicas e conhecimentos abordados pela área.

A Inteligência de Segurança Pública é exercida em perfeita sintonia com as suas finalidades e sob a égide de determinados princípios, de forma que a aplicação de um deles não acarrete prejuízo no emprego dos demais. Esses princípios são as proposições diretoras, as bases, os fundamentos, os alicerces, os pilares que orientam e definem os caminhos da atividade (CRUZ, 2013, p. 51).

O quadro abaixo descreve os princípios da atividade de inteligência segundo o Manual de Inteligência Militar Terrestre (BRASIL, 2005):

Quadro 1 - Princípios da atividade de inteligência

PRINCÍPIO	CONCEITO
Segurança	Em todas as fases de sua produção, o conhecimento deve ser protegido de forma que o seu acesso seja limitado apenas às pessoas credenciadas para tal.
Objetividade	Para que seja útil, o conhecimento deve ter sua produção orientada por objetivos claramente definidos. A atenção a esses objetivos, por sua vez, minimiza custos e riscos associados às atividades e tarefas relacionadas à Inteligência.
Controle	A produção do conhecimento de Inteligência deve obedecer a um planejamento que permita adequado controle de cada uma das fases.
Flexibilidade	É a capacidade de ajustar rapidamente o emprego de meios e o esforço de busca às constantes evoluções da situação no Espaço de Batalha.

PRINCÍPIO	CONCEITO
Clareza	Os conhecimentos produzidos devem ser expressos de forma a permitirem imediata e completa compreensão por parte dos usuários.
Amplitude	Os conhecimentos produzidos devem ser tão completos e abrangentes quanto possível.
Imparcialidade	A produção do conhecimento deve estar isenta de ideias preconcebidas, subjetivismos e outras influências que possam gerar distorções.
Oportunidade	O conhecimento de Inteligência deve ser produzido em prazo que assegure sua utilização completa e adequada, contribuindo diretamente para potencializar a capacidade do comandante de observar, orientar-se, decidir e agir. Sem dispor de conhecimento oportuno, as ações e decisões dos comandantes serão baseadas em dados incompletos e em uma orientação inadequada, gerando condições para que a iniciativa e a eficácia nas operações sejam cedidas ao oponente.
Integração	A produção do conhecimento de Inteligência deve valer-se de dados oriundos de todas as fontes, favorecendo a geração de produtos precisos e completos.
Precisão	Deve-se procurar atingir o maior grau de exatidão na obtenção dos dados e na produção dos conhecimentos. A Inteligência precisa é um poderoso multiplicador do poder de combate.
Continuidade	A necessidade de conhecimento é permanente. As atividades e tarefas relacionadas à Inteligência são executadas constante e ininterruptamente, sempre adequando-se a cada situação particular.
Relevância	O conhecimento produzido deve ser capaz de responder às necessidades dos decisores.
Predição	A Inteligência deve informar o comandante acerca do que as ameaças e oportunidades podem provocar. A Inteligência deve procurar antecipar-se às intenções dos comandantes em todos os escalões.

Fonte: Manual de Inteligência Militar Terrestre (2005)

Ferro Junior, Oliveira Filho e Preto (2008, p.171) citam em seu trabalho alguns princípios básicos da atividade de inteligência, são eles: “[...] objetividade, segurança, legalidade, oportunidade, controle, imparcialidade, simplicidade, amplitude, atualidade, cooperação, sigilo e ética.” Tais princípios convergem em sua maior parte, independentemente de suas fontes, mas a atividade de inteligência também é subordinada a princípios das leis basilares federais, especialmente ao princípio da legalidade e aos direitos e garantias constitucionais, em consonância

com valores éticos e morais.

O princípio da segurança, aponta para algumas características importantes da atividade de inteligência, que é a compartimentação e o sigilo. A compartimentação, como indica o próprio termo indica, significa que somente aqueles que tem a necessidade de conhecer um assunto sigiloso, toma conhecimento dele, enquanto o sigilo é característica essencial da atividade de inteligência. Proteger o que se conhece é papel fundamental para o sucesso de uma missão de inteligência.

O princípio da imparcialidade também é de grande importância para o sucesso da empreitada, e está estreitamente ligado ao princípio da relevância, visto que o objetivo de toda missão de inteligência é atender a necessidade de conhecimento de um usuário, portanto, as opiniões pessoais, políticas ou de qualquer outra ordem que se trate de julgamento pessoal sobre determinado tema acerca do usuário, ou da missão, não podem influenciar o andamento dela. O agente deve, portanto, seguir o planejamento previsto (princípio do controle) e realizar as tarefas a ele definidas com precisão (princípio da objetividade).

Tais princípios, embora mais fáceis de visualizar nas ações operacionais, aplicam-se a todos os profissionais de inteligência e como fora relatado, são complementares e se inter-relacionam. A adesão aos princípios, garantem o bom andamento das missões e segurança aos envolvidos.

2.1.4 Disciplinas de inteligência

Segundo o Manual de Inteligência Militar Terrestre (Brasil, 2005), “as disciplinas de Inteligência compreendem os meios, sistemas e procedimentos utilizados para observar, explorar, armazenar e difundir informação referente à situação, ameaças e outros fatores do entorno operativo”. Como veremos adiante, o serviço de inteligência pode ser realizado de diversas formas e os conhecimentos podem ser adquiridos através de meios e metodologias diversas, em que cada disciplina possui procedimentos próprios e característicos de acordo com sua natureza.

O Manual de Inteligência Militar Terrestre, classifica as disciplinas de inteligência em:

- a) HUMINT: Acrônimo de Human Intelligence – Caracterizada pela inteligência em que os dados são originados por fontes humanas. São obtidas pelos

agentes através das técnicas operacionais (que serão descritas em momento oportuno).

- b) SIGINT: provém do termo Signals Intelligence e refere-se à inteligência em que as fontes de informação são equipamentos de comunicação ou eletrônicos que emitem sinais eletromagnéticos. Como, por exemplo, linhas telefônicas, radares e satélites.
- c) GEOINT: termo origina-se de Geospatial Intelligence e suas fontes são imagens geográficas, podendo envolver a análise cartográfica ou imagens de satélite, características de vegetação, relevo, constituição topográfica etc.
- d) MASINT: a Inteligência por Assinatura de Alvos (Measurement and Signature Intelligence -) se dá através de uma análise criteriosa dos alvos, por métodos técnicos e científicos, estabelecendo uma forma de facilitar a identificação posterior destes alvos.
- e) OSINT: a Inteligência realizada em fontes abertas (Open Source Intelligence) é baseada em informações de fontes públicas, disponíveis a todos, como jornais, revistas, programas de rádios e meios informativos em geral, públicos ou privados.
- f) CYBINT: a Inteligência Cibernética (Cyber Intelligence) é a Inteligência que se utiliza de dados do espaço cibernético (internet, intranets e redes de computadores, em geral), através de acesso a dados de armazenamento digital, protegidos ou não.
- g) IMINT: a Inteligência de imagem (Imagery Intelligence) consiste na análise de documentos de imagens e vídeos, obtidos através de equipamentos destinados a este fim.
- h) TECHINT: de Technical Intelligence é a Inteligência parte da análise de equipamentos tecnológicos que possam ser utilizados com finalidade militar.
- i) MEDINT: acrônimo para Medical Intelligence, também chamado na literatura de inteligência sanitária é obtida por informações analisadas sobre questões relacionadas ao conhecimento sanitário, bio-científicos e epidemiológicas, seja de origem humana ou animal.

2.1.5 Tipo de conhecimento em atividade de inteligência

Como já apresentado em tópicos anteriores a inteligência como atividade ou

processo, tem como objetivo a produção de conhecimento, tais conhecimentos materializam-se em alguns tipos de documentos, são eles: Informe, informação, apreciação e estimativa.

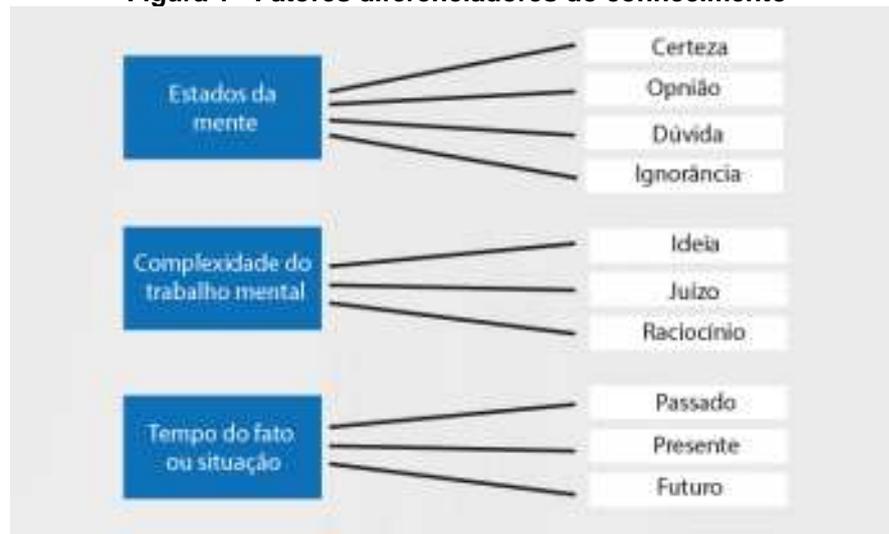
Quadro 2 - Tipos de conhecimento em atividade de inteligência

Tipo	Descrição
Informe	É o conhecimento resultante de juízo(s) formulado(s), que expressa o estado de certeza, opinião ou de dúvida frente à verdade, sobre fato ou situação passado e/ou presente. A sua produção exige o domínio de metodologia própria e tem como objeto apenas fatos e situações pretéritos ou presentes.
Informação	É o conhecimento resultante de raciocínio(s), que expressa o estado de certeza frente à verdade, sobre fato ou situação passados e/ou presentes. A Informação decorre da operação mais apurada da mente, o raciocínio. Portanto, extrapola os limites da simples narração dos fatos ou das situações, contemplando interpretação dos mesmos. A sua produção requer, ainda, o pleno domínio da metodologia de produção do conhecimento.
Apreciação	É o conhecimento resultante de raciocínio(s), que expressa o estado de opinião frente à verdade, sobre fato ou situação passados e/ou presentes. Apesar de ter essencialmente como objeto fatos ou situações presentes ou passados, a Apreciação admite a realização de projeções. Porém, diferente do conhecimento Estimativa, as projeções da Apreciação resultam tão somente da percepção, pelo profissional de ISP, de desdobramentos dos fatos ou situações objeto da análise e não da realização de estudos especiais, necessariamente auxiliados por métodos prospectivos.
Estimativa	É o conhecimento resultante de raciocínio(s) elaborado(s), que expressa o estado de opinião sobre a evolução futura de um fato ou de uma situação. A sua produção requer não só o pleno domínio da metodologia própria da Atividade de Inteligência, mas também o domínio de métodos prospectivos complementares ao processo de produção.

Fonte: Manual de Inteligência Militar Terrestre (2005)

O quadro acima apresenta as definições dos tipos de conhecimento. Tais definições contêm ainda alguns conceitos definidos pela Doutrina de Inteligência, que estabelece uma diferenciação dos conhecimentos produzidos por meio de alguns fatores. Os fatores diferenciadores dos conhecimentos de inteligência são: os estados da mente em relação a verdade, a complexidade do trabalho mental e o tempo do fato ou situação. A imagem a seguir esquematiza cada fator diferenciador de acordo com os estados que cada um pode admitir.

Figura 1 - Fatores diferenciadores do conhecimento



Fonte: (O próprio autor)

Segundo a DNISP (Brasil, 2016): “a verdade consiste na concordância do conteúdo do pensamento com o objeto. É atributo que expressa a correta relação entre o conteúdo do pensamento do sujeito e o objeto.” Posto isto, compreende-se que existe uma espécie de gradação em relação aos estados que a mente do analista pode assumir perante a verdade, que pode ir da certeza a ignorância.

A mente do analista, diante de fatos e/ou das situações, pode assumir uma das seguintes condições alternativas:

- a) aceitar integralmente a imagem por ela mesma formada, diante das fortes evidências que se apresentam;
- b) aceitar a imagem, ainda que parcialmente, pela ausência de evidências mais contundentes;
- c) estar incapaz de optar por qualquer imagem, pois algumas evidências conduzem a imagens alternativas e igualmente coerentes; e
- d) estar incapaz de estabelecer qualquer imagem, pela ausência absoluta de evidências (BRASIL, 2019, p. 27).

Assim, em relação aos estados da mente, a DNISP (2016) define a **certeza** como o estado em que a mente considera, sem nenhum grau de dúvida, a correspondência exata entre a imagem formada na mente e um determinado objeto. **Opinião** é o estado em que a mente admite algum receio de se enganar, quanto a correspondência entre objeto e imagem, em razão de evidências insuficientes para alcançar o estado de certeza. **Dúvida** é quando a mente se encontra em situação de equilíbrio, com razões para aceitar e negar que a imagem esteja em conformidade com o objeto. **Ignorância** caracteriza-se pela inexistência da imagem de determinado objeto, é o estado nulo da mente, ausente de qualquer imagem de uma

realidade específica.

Em relação à complexidade do trabalho mental, no Manual de Atividade de Inteligência do Exército, definida como “Operações Intelectuais” e na DNISP como “Formas racionais de conhecer” são definidos os conceitos de juízo, ideia e raciocínio.

Quadro 3 - Complexidade do trabalho mental

Tipo	Definição
Ideia (conceito)	É concebida como uma representação conceitual, ou seja, uma imagem não sensível da realidade. A representação sensível é particular e concreta, vinculada a determinado objeto. A ideia abstrai as características inteligíveis de uma classe de objetos comuns e universais, portanto é válida para todos eles. Reflete aspectos essenciais do objeto como uma forma de generalização.
Juízo	É formulado como uma relação entre ideias, compondo uma proposição ou asserção sobre algum objeto real ou ideal ⁹⁶ , tratando de suas relações ou ações. Um juízo associa duas ideias por meio de verbos e é manifesto por uma proposição (afirmação ou negação). Assim, o juízo é, necessariamente, uma forma de expressar um pensamento, atribuindo ideias universais a objetos particulares a fim de descrevê-los. Logicamente, o objeto é o sujeito da sentença, e a ideia a ele vinculada é o atributo ou predicado.
Raciocínio	É elaborado por meio de uma operação pela qual a mente, a partir de juízos conhecidos, alcança outro que deles decorre logicamente. Trata-se de um processo sofisticado de pensamento que revela propriedades ou relações sobre o objeto que não estão disponíveis à sensibilidade. Em termos discursivos, o raciocínio estabelece ou infere uma conclusão ⁹⁸ . Nesse caso, os juízos dos quais parte o raciocínio embasam a conclusão, ou seja, são suas razões.

Fonte: Doutrina Nacional de Inteligência (2016)

Estas operações intelectuais irão influenciar no tipo de conhecimento que será produzido, como será descrito adiante.

2.1.6 Metodologia da produção de conhecimento

Metodologia é uma derivação do vocábulo “método”, provém do latim “*methodus*”, que significa caminho ou via para realização de algo, no contexto atual metodologia refere-se aos melhores métodos praticados. Em outras palavras, descreve a estratégia de pesquisa, ou seja, a forma que a pesquisa deve ser realizada.

A atividade de inteligência, como conhecimento sistematizado e acabado, também possui um método próprio, que consiste em um conjunto de procedimentos realizados pelo órgão de inteligência, tais procedimentos são conhecidos como método para produção do conhecimento ou em algumas literaturas “O ciclo do conhecimento”.

Em seu trabalho monográfico Magalhães (2011) aponta os métodos descritos por Sherman Kent e Washington Platt respectivamente:

Kent (1967, p. 152-153) descreve o método de produção de informações estratégicas, ou ciclo da produção da Inteligência Estratégica, em sete estágios, apresentados de forma sintética a seguir:

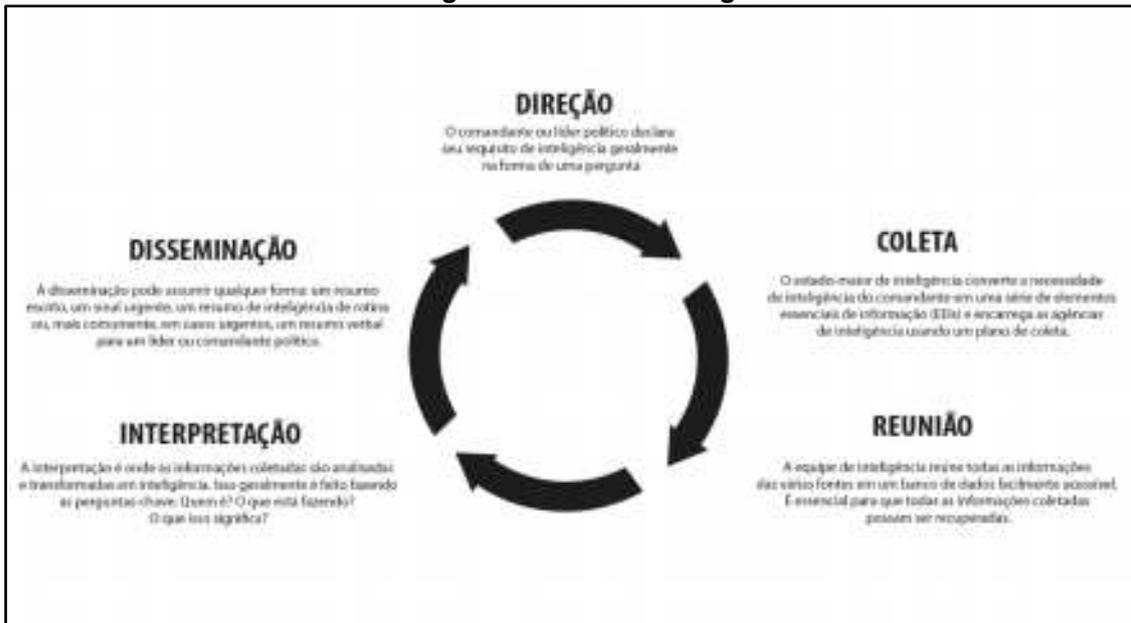
- a) aparecimento do problema;
- b) análise do problema;
- c) busca de dados relacionados ao problema;
- d) avaliação dos dados;
- e) estudo dos dados avaliados – momento da hipótese;
- f) mais busca de dados – confirmação ou rejeição das hipóteses mais prováveis;
- g) apresentação.

Platt (1974, p. 102-107) também aponta sete fases no que ele chama de pesquisa de informações:

- a) levantamento geral;
- b) definição dos termos;
- c) coleta de informes;
- d) interpretação dos informes;
- e) formulação de hipóteses;
- f) conclusões;
- g) apresentação.

Segundo a doutrina da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA, 1999) o Ciclo de Inteligência é o processo de desenvolvimento de informações brutas em inteligência acabada para os formuladores de políticas usarem na tomada de decisões e ações. O ciclo de inteligência para a produção de conhecimento consiste em 5 etapas: direção, coleta, reunião, interpretação e disseminação ou difusão.

Figura 2 - Ciclo de Inteligência



Fonte: (Adaptado de Hughes-Wilson, 1999, p.6)

A fase do planejamento é a fase de definição de requisitos, pautados na orientação dos tomadores de decisão, que solicitam ao serviço de inteligência seus serviços. O planejamento deve envolver todo o processo que envolverá a missão de inteligência. A coleta consiste na ação busca de informações brutas necessárias para produzir o conhecimento. Nesta fase são utilizadas todas as fontes possíveis, definidas na fase de planejamento e é tarefa atribuída aos agentes operacionais a busca pelos dados negados. Na fase da reunião as informações coletadas são catalogadas, armazenadas e organizadas de forma a torná-las acessíveis aos analistas, priorizando a relevância destas, permitindo que os dados possam ser corretamente interpretados. A interpretação é a fase em que os analistas produzem de fato a inteligência, é a conversão de informações brutas em inteligência, usando dados muitas vezes fragmentados e até contraditórios, para preparar o produto, acabado e inteligível. A disseminação é a materialização documental do conhecimento.

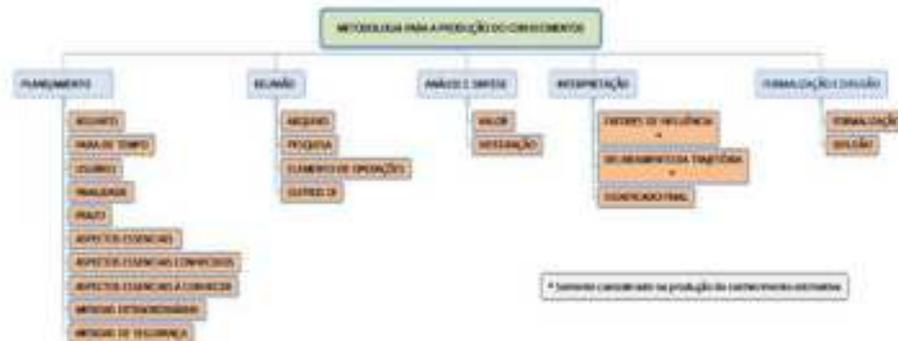
Para Queiroz (2005) “nessa produção, deve se levar em conta uma metodologia própria que consiste em cinco fases: planejamento, reunião, análise e síntese, interpretação e formalização e difusão.

Segundo o Manual Técnico de Produção de Conhecimento do Exército (2016) “A Metodologia para a Produção do Conhecimento consiste na sequência ordenada de procedimentos executados pelo analista, com vistas à produção de um

conhecimento de Inteligência de forma racional e com melhores resultados”.

Abaixo, uma esquematização da metodologia utilizada pelo exército brasileiro define alguns tópicos que cada fase comporta, com suas etapas subjacentes que constituem o processo como um todo. A metodologia utilizada pelo exército é baseada, como a maioria das metodologias, no modelo norte-americano.

Figura 3 - Metodologia para produção do conhecimento



Fonte: (Manual Técnico de Produção do Conhecimento de Inteligência, 2019, p.41)

A primeira fase, do planejamento, consiste no estudo preliminar do problema, em que se define os procedimentos gerais necessários para o cumprimento da missão.

Durante a fase do planejamento, o analista adota os seguintes procedimentos:

- a) determinação do assunto a ser abordado;
- b) determinação da faixa de tempo em que o assunto deve ser considerado;
- c) determinação do usuário do conhecimento;
- d) determinação da finalidade do conhecimento;
- e) determinação do prazo disponível para a produção do conhecimento;
- f) identificação dos aspectos essenciais do assunto
- g) identificação dos aspectos essenciais conhecidos;
- h) identificação dos aspectos essenciais a conhecer;
- i) previsão de medidas extraordinárias; e
- j) adoção de medidas de segurança, se for o caso (BRASIL, 2019, p. 43).

A reunião é a fase em que o agente busca dados que possam ser utilizados para elaboração do conhecimento solicitado pelo usuário de inteligência. Existem

dois tipos de medidas utilizadas na fase de reunião: busca e coleta.

O Manual Técnico de Produção de Conhecimento do Exército (2016) define que: a coleta é a obtenção de dados disponíveis, enquanto a busca é atividade de obtenção de dados negados, que requer o emprego de técnicas operacionais, podendo ser sistemática e exploratória.

A análise consiste na decomposição dos dados e no exame de cada um deles, buscando a constituição do conhecimento direcionado ao interesse do tomador de decisão. Já a síntese consiste na determinação do valor dos conhecimentos e na integração.

A interpretação estabelece o significado do fato ou situação do estudo, pelo profissional de inteligência, através de operações de raciocínio, assim o analista materializa a imagem da realidade por ele constatada.

A formalização e difusão é a transformação do conhecimento em documento apropriado e a divulgação do documento para o tomador de decisão que solicitou, ou para quem o conhecimento interessar.

Como observado, o ciclo de produção do conhecimento é uma metodologia consolidada, em que diferentes metodologias de diferentes instituições possuem a mesma estrutura, e diferem em aspectos técnicos, adaptados a realidade de cada organização de inteligência. Deve-se destacar ainda que o ciclo de inteligência não é um modelo engessado, e que as etapas que o compõem são processos independentes e passíveis de reavaliação e incrementação durante o processo, melhorando a qualidade do resultado quando possível.

2.1.7 Documentos de inteligência

Os documentos de inteligência são a materialização do produto, ou seja, a inteligência em si, o conhecimento produzido pela equipe de analistas. A doutrina da Escola Superior de Inteligência preconiza que segundo (KRIZAN, 1999) três características definem os produtos de inteligência:

- a) Oportunidade que se refere não somente ao tempo necessário para entregar os produtos necessários, mas especialmente sua utilidade para o decisor em um momento específico.
- b) Abrangência que envolve o nível de detalhamento ou extensão dos produtos, e
- c) Periodicidade, que descreve o cronograma de geração daqueles produtos

Ainda sobre os documentos de inteligência, ESIMG aponta que os produtos de inteligência são: boletim, alerta e relatório.

O boletim serve para manter a organização de inteligência a par dos acontecimentos de uma missão de inteligência, periodicamente. O alerta visa informar a organização acerca de informações críticas referentes ao andamento da missão, informando a necessidade de intervenção ou resposta a uma determinada ameaça. O relatório é o documento que apresenta os fatos e situações que merecem atenção do decisor, no caso do decisor solicitar opiniões ou interpretações, os relatórios passam a ser uma estimativa, que indica uma avaliação de possibilidades e tendências futuras sobre o tema e a apreciação, que consiste em julgamento, baseado em análises racionais sobre o curso de questões de interesse.

De acordo com o Manual Técnico de Produção Do Conhecimento de Inteligência do EB, os documentos de Inteligência, utilizados são:

- a) Informe (Infe);
- b) Informação (Info);
- c) Apreciação (Aprec);
- d) Estimativa (Estm);
- e) Relatório Periódico de Inteligência (RPI);
- f) Relatório Especial de Inteligência (REI);
- g) Pedido de Inteligência (PI);
- h) Ordem de Busca (OB);
- i) Mensagem de Inteligência Corrente (MI); e
- j) Sumário de Inteligência Corrente (SUMINT).

Informe é o conhecimento resultante de avaliação de situação ou fato passado ou presente quanto à idoneidade de sua fonte, bem como à veracidade do seu conteúdo (BRASIL, 2019, p?). Refere-se a uma narração escrita que consiste na formulação de juízo que estabelece uma relação entre ideias sobre os dados analisados.

Informação é o conhecimento resultante de raciocínio elaborado e que expressa a certeza do analista quanto ao significado de situações ou fatos passados ou presentes (BRASIL, 2019, p?). Neste caso o documento deve expressar uma certeza, sem admitir gradação no que diz respeito ao estado da mente em relação a verdade e deve exprimir apenas fatos ou situações do passado ou do presente, sem qualquer tipo de projeção.

Os demais documentos referem-se a outros processos comuns as organizações de inteligência, porém não convém o detalhamento neste trabalho.

2.1.8 Operações de inteligência

Para Teixeira (2004): “não é exagero afirmar que cerca de 70% dos dados analisados pelos serviços de inteligência, provém de fontes ostensivas: jornais, revistas, livros, fotografias, filmes etc. Material que é facilmente encontrado nas bibliotecas e em outros locais de domínio público”. Mas quando os dados necessários para a operação de inteligência não estão disponíveis, entra em ação os agentes de inteligência, na busca pelos dados negados, utilizando seus conhecimentos e técnicas sobre as operações de inteligência.

De acordo com o DNISP (2016): “operações de Inteligência consistem no emprego de ações especializadas para a obtenção de dados negados e a contraposição (detecção, obstrução e neutralização) a ações adversas, em apoio aos ramos Inteligência e Contraineligência. São um modo de contornar obstáculos a fim de alcançar um objetivo”.

Para a Escola Superior de Inteligência (2011), em sua doutrina, operações de inteligência consistem em Ações de Busca, Sistemáticas ou Exploratórias, executadas com emprego de técnicas, material e pessoal especializado, nem todas sendo originárias da atividade de inteligência, e muitas com larga utilização fora dessa área específica de atuação, seja por jornalistas, psicólogos, diplomatas ou policiais, alguns exemplos são:

Ações Operacionais de Inteligência:

- a) Reconhecimento
- b) Vigilância
- c) Monitoramento (Físico ou eletrônico)
- d) Entrada
- e) Recrutamento
- f) Infiltração
- g) Penetração
- h) Provocação
- i) Entrevista
- j) Interrogatório

Técnicas Operacionais de Inteligência:

- a) Observação, Memorização, Descrição
- b) Disfarce
- c) Estória-cobertura
- d) Retrato falado

- e) Leitura corporal e da fala
- f) Comunicação sigilosa
- g) Emprego de meios Cine-fotográficos
- h) Emprego de meios eletrônicos
- i) Emprego de detector de mentiras
- j) Papiloscopia
- k) Documentoscopia
- l) Fotointerpretação

Tais técnicas são atribuições dos agentes operacionais, utilizadas em campo, e em alguns casos envolvem grande risco a vida deles. Algumas técnicas exigem apenas o conhecimento e treinamento necessário dos agentes, já outras o emprego de suporte material e tecnológico. O correto conhecimento acerca das ações e operações de inteligência, por parte dos agentes, e um suporte material e tecnológico adequado, são essenciais para o sucesso das operações de inteligência.

2.1.9 Contrainteligência

O decreto Nº 8.793, de 29 de junho de 2016, define contrainteligência como: “atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a Inteligência adversa e as ações que constituam ameaça à salvaguarda de dados, conhecimentos, pessoas, áreas e instalações de interesse da sociedade e do Estado”.

Volkman (2013) diz que: “contrainteligência é a proteção dos segredos de uma nação a partir de operações de espionagem de outras nações”. Assim as ações da atividade de contrainteligência deverão ser direcionadas a salvaguardar os dados sigilosos mantidos pela organização de inteligência, ou aqueles de interessa da OI, e também dados de interesse dos órgãos nacionais sigilosos, tem também o papel de proteger-se e neutralizar contra atividades de espionagem estrangeira e ações de grupos ligados ou não ao governo.

A ABIN (2020) define algumas medidas de contrainteligência:

Quadro 4 - Medidas de contrainteligência

METODOLOGIA	DESCRIÇÃO
Inteligência adversa	Atividade realizada por agente estatal ou não, com emprego de ações especializadas, para obter acesso indevido ou não autorizado a dados e conhecimentos, áreas ou instalações, com o intuito de promover os interesses de seu patrocinador.

Prevenção	Medida de Contraineligência que consiste em antecipar-se à ação adversa, para evitar sua ocorrência.
Detecção	Medida de Contraineligência que consiste em perceber ação adversa consumada ou tentada, que tem como alvo pessoas, conhecimentos, dados, materiais, equipamentos, áreas, instalações, sistemas ou processos cuja salvaguarda interesse à sociedade e ao Estado.
Identificação	Medida de Contraineligência que consiste em descobrir a identidade de agente adverso ou autoria de ação adversa, consumada ou tentada, que tem como alvo pessoas, conhecimentos, dados, materiais, equipamentos, áreas, instalações, sistemas ou processos cuja salvaguarda interesse à sociedade e ao Estado.
Obstrução	Medida de Contraineligência que consiste em impedir ou dificultar a consecução da ação adversa.
Neutralização	Medida de Contraineligência que consiste em tornar sem efeito as vantagens obtidas pela Inteligência adversa durante a realização de ações clandestinas ou encobertas.

Fonte: ABIN (2020)

O advento tecnológico criou uma gama de possibilidades que tornaram especialmente a proteção de dados sigilosos mais desafiadores, mesmo que a criptografia tenha auxiliado na proteção de dados, o acesso a redes de computadores tem permitido que especialistas e hackers possam conseguir invadir os servidores de documentos sigilosos mesmo a distância.

Como observado nos conceitos acima a contraineligência tem a função de conhecer e controlar a inteligência contrária, tendo, portanto, as organizações de inteligência adversárias como seus alvos.

2.2 Inteligência de segurança pública

É importante fazer distinção entre a atividade de inteligência clássica e inteligência de segurança pública. Embora a inteligência tenha uma doutrina e método consolidados, que evoluiu ao longo dos anos e é utilizado por todas as organizações de inteligência do mundo, seus objetivos podem diferir, e sua aplicação é diversa. A atividade de inteligência oferece inúmeras possibilidades de assessoramento em vários ramos públicos e privados. Um desses ramos que a atividade de inteligência tem papel fundamental é na elaboração dos planos estratégicos e na fomentação de informações para as políticas e forças de

segurança pública.

A atividade de inteligência voltada para as melhores práticas e serviços relacionados à segurança pública é a chamado de inteligência de segurança pública. Como afirmado no parágrafo acima, o diferencial são os objetivos a serem atingidos. Ao invés do assessoramento com objetivos de proteção nacional em relação as outras nações e ameaças externas, são os problemas de ordem interna, que envolvem as atividades criminosas, locais ou externas, que afetam diretamente a vida pública da sociedade, que são os alvos das organizações de inteligência, a nível federal e estadual.

2.2.1 Política Nacional de inteligência de segurança pública

O decreto 10.777 de 2021, define a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública - PNISP nacional e tem como base a Política Nacional de Segurança Pública e Desenvolvimento Social – PNSPDS, de acordo com a doutrina de inteligência de segurança pública. O decreto conceitua atividade de inteligência de segurança pública como:

[...] A atividade de inteligência de segurança pública é conceituada como o exercício permanente e sistemático de ações especializadas destinadas à identificação, à avaliação e ao acompanhamento de ameaças reais e potenciais no âmbito da segurança pública, orientadas para a produção e a salvaguarda de conhecimentos necessários ao processo decisório no curso do planejamento e da execução da PNSPDS e das ações destinadas à prevenção, à neutralização e à repressão de atos criminosos de qualquer natureza que atentem contra a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 2021).

O objetivo, portanto, da inteligência de segurança pública, de acordo com o PNISP (2021) é o assessoramento ao processo decisório que envolve a PNSPDS, logo toda a estrutura de inteligência é voltada para a coleta e processamento de informações referentes a atividades criminosas, estabelecidas pelos planos e políticas nacionais.

A PNISP (2021) faz ainda a diferenciação entre os conceitos de inteligência e contrainteligência, no âmbito da segurança pública, em que novamente, não há

diferenças doutrinárias em relação a inteligência clássica, apenas uma especificação dos objetivos a serem atingidos pelas organizações de inteligência.

Assim o PNISP define atividade de inteligência de segurança pública em dois ramos:

- a) inteligência de segurança pública - que visa à produção e à difusão de conhecimentos para assessoramento às autoridades de segurança pública competentes, de modo a subsidiar o processo decisório no curso do planejamento e da execução das políticas de segurança pública; e
- b) contrainteligência de segurança pública - que visa à prevenção, à detecção, à neutralização e à obstrução de ações e atividades que constituam ameaça à consecução plena da atividade de inteligência de segurança pública e à atuação livre dos órgãos de segurança pública e das suas estruturas de inteligência, nas quais se incluem os dados e o conhecimento sensíveis em poder do Estado (BRASIL, 2021).

As instituições de segurança públicas nacionais e estaduais tem enfrentados desafios cada vez maiores, especialmente por conta da cada vez maior, organização e qualificação dos criminosos que tem refletido em suas ações criminosas, subsidiadas por aparato tecnológico de alto nível e alto grau de treinamento dos criminosos envolvidos.

Em face do problema a PNISP (2021) estabeleceu um plano baseado nas principais ameaças à segurança pública no contexto nacional, aqui destaca-se duas das modalidades de ameaça de maior preocupação do Sistema Nacional de Segurança Pública:

- a) Criminalidade violenta: São as ações criminosas que resultam em conflito, lesão física grave ou morte. Recebe atenção especial dos órgãos de segurança por atentar contra o bem mais valioso de cada indivíduo, em que o Brasil possui um dos piores índices mundialmente conhecido.
- b) Crime organizado: Modalidade criminosa que se tornou comum no país e no mundo, subsidiada especialmente pelo tráfico de drogas, mas que foi aderida por outras quadrilhas especializadas, como as de assalto a bancos.

A PNISP (2018) demanda especial atenção ao crime organizado, como descreve em seu texto:

[...] seu enfrentamento demanda integração entre os órgãos do Sisp, a fim de potencializar a identificação de redes criminais, seus integrantes e suas relações e de possíveis desdobramentos de sua atuação. Além disso, a produção de conhecimento sobre as origens, as trajetórias e os efeitos do crime organizado estão entre as principais contribuições da atividade de inteligência de segurança pública para o sistema de segurança pública e defesa social (BRASIL, 2018).

A atividade de inteligência de segurança pública figura como importante ferramenta e deve cuidar do desenvolvimento de técnicas e processos capazes de analisar grande volume de dados, por meio de profissionais qualificados e soluções tecnológicas e contribuir para atender o anseio social por um País mais seguro (BRASIL, 2021).

2.2.2 Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública

Em consonância com a PNISP, há a Estratégia Nacional de Inteligência em Segurança Pública, que com base no decreto 10.778 de 2021, preconiza:

Art. 2º A Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública tem o objetivo de estabelecer os parâmetros e os limites de atuação da atividade de inteligência de segurança pública e de seus executores, no âmbito do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública - Sisp (BRASIL, 2021).

Suas diretrizes são voltadas para as ações e metas a serem cumpridas pelas forças de segurança pública, com base no estabelecido pela PNISP. Desta forma a ENISP (2021) visa a análise detalhada da criminalidade violenta, seja ela eventual ou aquela praticada por quadrilhas do crime organizado e defende que as ações de inteligência podem contribuir para o mapeamento e estudo das formas de transgressão que seja acompanhada de violência, fornecendo subsídios necessários para prevenir a criminalidade e identificação de criminosos, além de estudos sobre organizações criminosas, suas características e modo de operar.

A ENISP enumera também as oportunidades da política de inteligência, para o desenvolvimento da atividade de inteligência. Um dos fatores é uma conjuntura favorável a atividade de inteligência.

O reconhecimento da atividade de inteligência como subsídio ao

processo decisório contribuirá para uma segurança pública de melhor qualidade, sobretudo no enfrentamento à criminalidade organizada e violenta, uma vez que a inteligência de segurança pública aborda o fenômeno social da criminalidade de forma dinâmica, abrangente e sistêmica e produz conhecimentos úteis, precisos e oportunos ao desenvolvimento de políticas e estratégias de segurança pública e defesa social (BRASIL, 2021).

Isto significa que a atividade de inteligência busca o melhoramento de sua estrutura, com o fortalecimento das instituições federais e estaduais e o aperfeiçoamento das organizações e sistemas existentes.

Outro destaque é a possibilidade de cooperação entre agências e atividades de inteligência, visando a integração de esforços entre organizações que contribuam para a prevenção e repressão da criminalidade.

O ENISP (2021) preconiza que: “os órgãos e as entidades que integram o Sisp devem operar em um regime de constante interação, relacionar e estabelecer ligações interinstitucionais a fim de alcançar seus propósitos, em especial na prevenção e repressão dos crimes interestaduais e transnacionais.”

Outro direcionamento importante para o desenvolvimento da atividade de inteligência é a oportunidade de desenvolvimento científico e tecnológico, esta característica assume grande importância no contexto atual, visto o alto grau de especialização dos criminosos, que contam com cada vez mais recursos técnicos para a realização de suas operações delituosas. Outro fator importante é o desenvolvimento da capacidade de gerir e lidar com grandes volumes de dados, auxiliando assim no processo de produção de conhecimento de forma abrangente e eficaz.

Assim a ENISP (2021) afirma que “a atividade de inteligência de segurança pública deve acompanhar e fomentar a evolução científico-tecnológica no campo da segurança pública, com a finalidade de identificar tendências, antecipar cenários e melhorar a capacidade de assessoramento.”

Por fim, cabe destacar a inteligência tecnológica e as oportunidades que dela surgiram, como a possibilidade do desenvolvimento de novas ferramentas de monitoramento e análise de dados.

Desse modo, a ENISP (2021) define que: “a inteligência tecnológica é um campo a ser explorado pelos órgãos e pelas entidades responsáveis pela atividade

de inteligência de segurança pública, com vistas à obtenção de melhores resultados e maior dinâmica na análise de dados e no compartilhamento de informações.”

Tendo como base as orientações da PNISP, foram identificadas algumas questões de grande relevância para os órgãos e as entidades responsáveis pela atividade de inteligência de segurança pública, enumerados como desafios a serem superados. De acordo com a ENISP (2021) este trabalho destaca os principais desafios, são eles:

- 1) Fortalecimento da atuação integrada e coordenada dos órgãos e das entidades responsáveis pela atividade de inteligência de segurança pública.
- 2) Maior utilização de tecnologias de ponta, especialmente no campo da inteligência tecnológica.
- 3) Intensificação do uso de tecnologias da ciência de dados.
- 4) Ampliação e aperfeiçoamento do processo de capacitação para atuação na área de inteligência de segurança pública.

A ENISP também define eixos estruturantes que são os pilares da atividade de inteligência de segurança pública que deverão ser implementados pelos órgãos de inteligência, buscando alinhar os desafios em busca de uma estratégia coerente. São eixos estruturantes da ENISP: Atuação em rede, tecnologia, capacitação e a sociedade e a atividade de inteligência de segurança pública.

Cabe destacar aqui a intenção de integrar o sistema de inteligência de segurança pública por meio de uma rede que integra as diversas organizações e serviços, visando potencializar o sistema como um todo. Deve-se observar que o compartilhamento de informações deve estar atento a proteção das fontes, do conhecimento e dos profissionais envolvidos. O investimento em tecnologia também é essencial, especialmente no que concerne no investimento em capacitação e tecnologias em ciências de análise de dados e equipamentos e sistemas para este fim.

2.2.3 Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública

A Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública é o documento que define a padronização e sistematização da doutrina de inteligência com o objetivo de suprir a segurança pública com a matéria.

Como disciplina particular, a Atividade de Inteligência é regida pela Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência (doravante, Doutrina), que compreende um conjunto de valores, princípios, conceitos, normas, métodos e procedimentos. Como tal, a Doutrina deve ser disseminada tanto para a formação de pessoal competente quanto para o desempenho adequado da Atividade (BRASIL, 2016).

A adoção da Doutrina viabiliza efetivar dois princípios: controle e impessoalidade. Por ser esta uma atividade que tem o segredo como instrumento e condição, deve ser controlada, tanto pelo direcionamento correto de suas ações quanto por órgãos de supervisão. A Doutrina representa o empenho dos organismos de Inteligência para fortalecer esses modos de controle. Além disso, contribui para que o princípio da impessoalidade seja aplicado com o peso necessário nesta atividade singular do Estado Democrático de Direito. (BRASIL, 2016).

2.2.4 Inteligência Policial Militar

O serviço policial é peculiar em sua forma de atuar e dinâmica. É também singular em termos dos objetivos, sendo peça central na preservação da ordem pública. A polícia militar tem papel repressivo e preventivo, cabendo a ela o papel ostensivo de prevenir a prática de futuras infrações penais. O termo polícia ostensiva tem suas origens na Constituição Federal no § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. (BRASIL, 2021)

Embora o exercício clássico da atividade policial esteja muito ligado ao patrulhamento, rondas e incursões, o serviço necessita estrategicamente de informações que permitam encurtar o caminho no combate a criminalidade e a atividade de inteligência é essencial nesta tarefa. Assim preconiza a DNISP (2014):

A atividade de Inteligência Policial Militar é o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera de Segurança Pública, orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para assessorar o processo decisório; para o planejamento, execução e acompanhamento de assuntos de Segurança Pública e da Polícia Ostensiva, subsidiando ações para

prever, prevenir e neutralizar ilícitos e ameaças de qualquer natureza, que possam afetar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, sendo exercida pelas Als das Polícias Militares (BRASIL, 2021).

2.2.5 Técnicas assessórias

De acordo com o DNISP (2014) são ferramentas acessórias de análises, que utilizam metodologia própria, e podem auxiliar na produção do conhecimento. Dentre outras, pode-se citar a análise de vínculos, a análise de riscos e a análise criminal.

Análise de Vínculos: A DNISP (2014) explica que a análise de vínculos consiste em uma técnica especializada de importação, depuração, organização, interpretação e diagramação de dados, que permite ao usuário detectar padrões e relacionamentos existentes entre os elementos constitutivos do universo da análise.

Segundo Ferro (2008, p. 244): Análise de Vínculos é uma ferramenta utilizada para a compreensão de grandes volumes de dados, pois permite a visualização pormenorizada de cada parte de um todo e grupos de informações complexas.

Deste modo as agências de inteligência têm a possibilidade de consultar o relacionamento entre criminosos e entre crimes, de acordo com a disponibilidade de informações das bases de dados consultadas.

A utilidade desta técnica é bastante abrangente e pode oferecer importantes informações sobre criminosos e sobre ocorrências.

As organizações criminosas exercem suas atividades sem divisas ou fronteiras, demonstrando poder de articulação, planejamento e sofisticação. O narcotráfico, contrabando, pirataria, crimes financeiros, corrupção, fraudes milionárias são as áreas preferidas, bem como a imensidade de outros delitos que assumem uma condição quase imbatível, causando prejuízo incalculável ao Estado e à sociedade em geral.

Cada vez mais a atividade policial defronta com situações complexas, exigindo mais da investigação. Diante desta situação, as organizações buscam e fazem uso da tecnologia da informação, edificam infraestruturas com o objetivo de obter mais rapidamente informações e busca de significado e conhecimento sobre o crime (ROMÃO 2013, p.14 apud CELSO E MORESI, 2008, p. 2).

O advento tecnológico, especialmente a evolução das ciências de dados, dos bancos de dados e do poder de processamento dos computadores, permitiu o desenvolvimento de diversos softwares e possibilitou a elaboração de algoritmos e técnicas que permitem criar relacionamentos entre entidades e consultá-las sob diversos critérios. Isto é fundamental para a análise de dados, visto que a informatização permite a automatização dos processos e possibilidades infinitas de armazenamento e consultas.

Análise de Riscos: De acordo com a DNISP (2014), análise de riscos é um conjunto de procedimentos que identificam, quantificam e analisam ameaças e vulnerabilidades aos ativos da Segurança Pública e da defesa social, elaborada com a finalidade de apontar alternativas para mitigar e controlar os riscos.

A análise de riscos é ferramenta herdada da disciplina administrativa de gerenciamento de risco, em que como parte de um processo tem como finalidade a observação dos possíveis riscos a que um determinado cenário está submetido, visando eliminar ou mitigar o problema através de um planejamento prévio.

A análise de risco é o processo através do qual várias exposições, nos mais diferentes riscos, são diagnosticadas, calculadas e analisadas, gerando controles para decisões financeiras nas condições de risco expostas (LIMA, 2018).

O conceito acima, embora especificamente voltado para o contexto financeiro pode ser estendido a outras situações. Na atividade de inteligência o conceito tem o mesmo sentido e aplicação, com objetivos diferentes.

A técnica de Análise de Riscos já tem sido aplicada em algumas instituições policiais, como por exemplo na PMMG e é disciplina na Escola de Inteligência e nas normas e doutrinas da instituição como preconiza Santos (2018).

Segundo Albuquerque e Andrade (2013) a doutrina de gerenciamento de riscos estabelece um processo que possui algumas fases: Definição de contexto, em que se elabora as metas e objetivos e o contexto das decisões; a identificação de riscos potenciais, em que se identifica os riscos associados a metas e objetivos; a avaliação e análise de risco; o desenvolvimento de alternativas, em que se desenvolve ações alternativas para os riscos e a criação de oportunidades, juntamente com análise de seus custos e benefícios; a decisão e execução, e finalmente tomada de decisão e execução de fato; avaliação e monitoramento, acompanhamento da decisão tomada.

Figura 4 - Processo de Gerenciamento de Riscos do DHS



Fonte: (EUA, 2011, p.12 apud ALBUQUERQUE; ANDRADE, 2013, p. 5)

A análise de risco é uma prática que permite qualificar o processo de decisão, reduzindo as incertezas e potencializa as ações e estratégias das organizações de inteligência. Desta forma, sua aplicação torna-se atividade importante nos processos de atividade de inteligência, na fase de planejamento, especialmente para buscar soluções preventivas e fomentar os tomadores de decisão e operadores, permitindo que se obtenha vantagem estratégica sobre possíveis problemas de segurança pública.

Análise Criminal: A DNISP (2014) afirma que a análise criminal é um conjunto de processos sistemáticos que objetiva identificar padrões do crime e correlações de tendências da violência e da criminalidade, a fim de assessorar planejamento para a distribuição eficaz de meios e recursos de Segurança Pública que se destinam à prevenção, ao controle e à repressão do ato criminoso.

A análise criminal materializa-se em dados, informações, imagens ou qualquer tipo de conteúdo agrupado e sistematizado utilizado para armazenar e recuperar e informações sobre crimes e criminosos. Segundo o livro “Criminal Intelligence: Manual for Analysts”, das Nações Unidas, a coleta de informações por si só não resulta na obtenção de inteligência. As informações devem ser devidamente avaliadas antes de poder agir. O valor da inteligência criminal pode ser aprimorado ainda mais pela análise. Quando a inteligência disponível é muito complexa e grande em volume para uma ação simples, ela deve ser analisada para que resultados significativos sejam obtidos.

Análise de inteligência criminal (CIA) é uma filosofia que define como

podemos abordar a investigação de crimes e criminosos usando a inteligência e as informações que temos recolhidos a seu respeito. Ele fornece técnicas que estruturam nossos poderes dedutivos naturais e processos de pensamento, a “intuição natural”, que investigadores proficientes usam subconscientemente o tempo todo. Ele também fornece ferramentas que nos ajudam a entender as informações que coletamos e para comunicar essa compreensão aos outros (NAÇÕES UNIDAS, 2011, tradução livre).

De acordo com Bernardes (2015) o trabalho do analista criminal compreende o ato de filtrar os registros policiais a fim de revelar proporções, funções e relações. Coleta dados, estuda as relações entre os crimes buscando um perfil criminal e confecciona relatórios apontando suspeitos, entre outras coisas. Envolve um conjunto de variáveis e áreas do conhecimento com o foco na análise quantitativa frente a dados concretos da criminalidade computada.

Desta forma, a análise criminal, se amparada com recursos pessoais e tecnológicos adequados podem oferecer importantes insights as organizações de inteligência e direcionar as políticas de segurança pública.

2.3 Diretoria de Inteligência e Assuntos Estratégicos

2.3.1 Contexto histórico

A inteligência, no que concerne as atividades desenvolvidas pelas instituições militares são de responsabilidade e execução da chamada 2.^a seção, em que o Comando Geral e as unidades subordinadas são designadas a lidar com a coleta e o fluxo de informações sigilosas ou não de interesse da instituição, na Polícia Militar do Maranhão, esta tarefa é realizada pela Diretoria de Inteligência e Assuntos Estratégicos (DIAE), como versa o artigo 4.^o, IV, da Lei Estadual n.^o 10.131, de 30 de julho de 2014:

IV - a Diretoria de Inteligência e Assuntos Estratégicos, órgão subordinado diretamente ao Comando-Geral, responsável pela inteligência e contra-inteligência, visando à obtenção e análise de dados e informações e de produção e difusão de conhecimentos, relativos a fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a segurança da sociedade e do Estado, bem

como prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a inteligência adversa e ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda de dados, informações e conhecimentos, objetivando antecipar cenários no âmbito da Segurança Pública, fornecendo embasamento em nível estratégico às tomadas de decisões do Comandante-Geral da Corporação (BRASIL, 2014)

Por ter suas ações geralmente envolvidas em assuntos sigilosos e pouco divulgados, é difícil encontrar referências históricas sobre a atividade de inteligência no Estado do Maranhão. No trabalho monográfico de Medeiros e Alves (2011) é apontado com base no trabalho de Medeiros Sobrinho (2005) essa lacuna de conhecimento na instituição:

É difícil analisar a história da Atividade de Inteligência na PMMA, em virtude de não encontrarmos fontes bibliográficas para estudo. Mesmo com a pesquisa feita durante vários dias na PMMA, ABIN e no Sistema de Impressões e Obras Gráficas do Estado do Maranhão – SIOGE [...]. Para tanto este pesquisador através de ofícios s/n datado de 10 de outubro de 1995, solicitou ao Chefe da PM/1 (responsável pela legislação e pessoal da PMMA) informações sobre leis, doutrinas, normas ou qualquer assunto publicado sobre a atividade de inteligência na PMMA, onde o mesmo informou através do ofício nº 96/05-PM/1 que „não há qualquer publicação sobre atividade de inteligência nos boletins da corporação (MEDEIROS E ALVES (2011) apud MEDEIROS SOBRINHO (2015)).

De acordo com o artigo 4.º, IV, da Lei Estadual n.º 10.131, a DIAE é responsável pela inteligência e contra-inteligência, atividades já discutidas neste trabalho, e deve, portanto, funcionar com uma organização de inteligência, em termos estruturais e operacionais, servindo, portanto, como uma unidade de assessoramento, buscando produzir o conhecimento desejado pelos seus usuários.

2.3.2 Legislação pertinente

Os serviços de inteligência, por possuírem atribuições de caráter sigiloso, em que a operacionalização e mesmo a natureza do conhecimento, como discutido no primeiro capítulo deste trabalho, levanta algumas discussões sobre a legalidade das ações e quais as limitações que esta atividade está sujeita. A base legal que trata de delimitar as atuações destas agências, são definidas ao nível estadual através de

portarias e leis que regulamentam a criação e exercício destas instituições, mas principalmente a constituição federal e leis federais que definem e delimitam toda a atividade de inteligência, desde sua doutrina, instituições nacionais e atuação.

O Art. 3.º, Parágrafo único da Lei n.º 9.883 afirma que: “as atividades de inteligência serão desenvolvidas, no que se refere aos limites de sua extensão e ao uso de técnicas e meios sigilosos, com irrestrita observância dos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado”.

A legislação nacional é a base de todas as agências de inteligência legais do Brasil, inclusive as estaduais, o DNISP é a fonte doutrinária de todas elas e existe um conjunto de leis que regulamentam as atividades e as instituições. A importância da regulamentação da atividade de inteligência remete, além das questões éticas e morais de interesse a sociedade, a tempos de governos autoritários no Brasil, em que o serviço de inteligência foi utilizado com finalidades de manutenção do regime, como aponta Joannisval Brito Gonçalves (2005):

Caso interessante é o dos serviços de Inteligência. Aceitos e até reconhecidos como fundamentais em países democráticos como Canadá, Reino Unido e Israel, os órgãos e a atividade de Inteligência são muito malvistas em sociedades que passaram recentemente por períodos autoritários. Isso se deve ao estreito vínculo que essa atividade teve com a repressão e os abusos promovidos por governos autoritários da América Latina e da Europa Oriental. Usados nesses países para assegurar o regime, voltando-se para a segurança interna, e perseguindo dissidentes ou pessoas consideradas “subversivas”, os serviços de Inteligência permaneceram associados às ditaduras e a todos os males causados por esses governos, mesmo após a redemocratização (GONÇALVES, 2005).

Portanto, ao se discutir a base legal da atuação da DIAE, deve-se evocar as legislações nacionais. O caderno de Legislações da ABIN (2020) define toda a legislação de interesse da atividade de inteligência do país. Em relação às questões doutrinárias e as organizações que formam a base do sistema de inteligência nacional, podemos citar:

- LEI Nº12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013 que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova,

infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Pena); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.

- DECRETO Nº 9.489, DE 30 DE AGOSTO DE 2018 regulamenta, no âmbito da união, a Lei nº 13.675, de 11 de junho, para estabelecer normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e defesa Social.
- DECRETO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017 aprova a Estratégia Nacional de Inteligência.
- PORTARIA Nº 40 GSI/PR, DE 3 DE MAIO DE 2018 aprova o Plano Nacional de Inteligência (PLANINT), na forma do Anexo, classificado nos termos dos incisos I, II e IX do art. 25 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.
- DECRETO Nº 8.793, DE 29 DE JUNHO DE 2016 fixa a Política Nacional de Inteligência.
- PORTARIA Nº 244-ABIN/GSI/PR, DE 23 DE AGOSTO DE 2016 Aprova os Fundamentos Doutrinários da Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência. (BRASIL, 2020).

2.4 Assaltos a agências bancárias, “Novo Cangaço” e crime organizado

Este capítulo visa apresentar a base teórica acerca do tema abordado nesta pesquisa, assim como, os principais conceitos e elementos utilizados para subsidiar esse estudo acerca do novo cangaço. Em especial, destaca-se a explanação de Moraes (2016), que, apresenta um vasto acervo de conhecimento ao tratar dos conceitos e evolução dos grupos criminosos abordados, portanto, sua análise torna-se fundamental.

Subsequentemente, trataremos na explicação das diferenças contidas entre ambos os grupos, descritas por autores como Costa (2016) e Sodré (2018), que abordam o contraste entre eles, informando quais as principais diferenças, tanto na forma de agir, quanto na composição. O *modus operandi*, abordado por Moraes (2016) também será discutido, já que este traz consigo as características basilares dos novos cangaceiros, em contraste, veremos Cruz (2018), que trata da evolução dessa forma de agir adotada pelos grupos, que cada vez vem se especializando mais.

No decorrer da dissertação, dado o caráter violento e de caráter altamente danoso as pessoas e ao patrimônio público e privado, torna-se claro a necessidade de urgência ao combate dessa prática criminosa, fonte de outras que dela derivam, veremos através da perspectiva de Moraes (2016), algumas sugestões de métodos para otimização do sistema de monitoramento tanto das ligações entre membros da

quadrilha, quanto das armas e munições utilizadas durante o crime.

2.4.1 Contexto histórico

Recentemente vem expandindo-se a modalidade do novo cangaço, na prática de assaltos a banco principalmente no Nordeste, que, de acordo com Moraes (2016, p.17), vem registrando, uma diversificação no modo de agir das quadrilhas, pois, estas passaram a utilizar elementos do cangaço, como armas de grosso calibre, cujas práticas foram adaptadas a ações com o uso de explosivos. Em seus estudos, ele conceitua essa prática como um crime que trata de ilícitos patrimoniais e utiliza estratégias antigas, baseadas nos antigos grupos cangaceiros que agiram no nordeste do país no final do século XVIII, até meados do século XIX.

Esse antigo grupo, que instaurou o banditismo popular, também denominado como cangaço, foi uma espécie de poder paralelo que ganhou fama por cometerem diversos ilícitos, principalmente sobre os mais ricos. Moraes (2016, p. 15) conceituou os cangaceiros como “grupos armados, formados por camponeses e sitiante, oprimidos pela seca e pelas disputas agrárias, que disputavam território e o poder político com fazendeiros das regiões”, também observando que os elementos de banditismo captavam cada vez mais participantes, então logo estes passaram a efetuar saques e crimes de mando na região nordeste.

Esse banditismo característico dos cangaceiros foi conceituado por Santos (2018, p. 3 e 4), como um tripé, onde o primeiro tratava-se da vingança de sangue, onde uma família ia contra a outra por motivos pessoais e em defesa da honra familiar, já o segundo era o puro ou simples, quando o bandido rouba para si, e por último ele apresenta o banditismo social, que ocorre quando a atitude é realizada em protesto, nem sempre consciente, às injustiças, às desigualdades e hierarquias da sociedade, fato que se popularizou como: roubar dos ricos para dar aos pobres.

Apropriando-se das técnicas desse antigo grupo de criminosos, os indivíduos vêm cada vez mais realizando assaltos a bancos nos interiores das capitais, de acordo com a pesquisa de Moraes (2016, p. 16), os estados vêm registrando a ação dos novos cangaceiros desde 2006, com maior aumento no número de casos a partir de 2009, também registra-se a presença de quadrilhas armadas em praticamente todos os estados do país, não mais se limitando ao nordeste, no ano de 2014 foram registrados 155 ataques, na modalidade “Novo Cangaço” no país.

2.4.2 Diferenças entre as duas modalidades

Acerca de sua essência, segundo Cruz (2018), apenas as táticas de ataques à pequenas cidades, empregos de arma de fogo e tomada de reféns se comparam com o antigo cangaço, grupo liderado por Lampião. Em sua análise acerca desse crime, Costa (2016, p. 5 e 6) apresenta os fatores que diferenciam o antigo e o novo cangaço, sendo elas: o contexto finalístico, pois o objetivo agora se tornou fomentar e capitalizar investimentos em atividades aparentemente legais (lavagem de dinheiro) ou manifestamente ilícitas (tráfico de entorpecentes e de armas de fogo), e composição dos grupos criminosos, onde antes a quadrilha era integrada por pessoas que tinham vínculos de laços sanguíneos, pertencentes à mesma realidade regional, já atualmente possui criminosos de diversas naturalidades e que raramente possuem vínculo entre si.

Outros fatores de diferenciação também são abordados por Sodré (2018), que constatou que o novo cangaço assumiu uma nova geografia onde ultrapassa as entranhas do sertão nordestino e se faz presente em todo o país. Ele ainda elucida que os cangaceiros contemporâneos não são liderados por um homem, como os antigos, mas sim vários. Morais (2016, p. 16) elucida sobre a diferença da estrutura entre os dois grupos, comparando os antigos que utilizavam cavalos e jumentos, com os contemporâneos, que se utilizam de veículos potentes e armamento de guerra, além de possuírem estrutura para lavagem dos recursos usurpados nas ações criminosas.

2.4.3 Modus operandi das quadrilhas

Os cangaceiros contemporâneos apresentam uma uniformidade quanto ao modo de realização dos crimes, Morais (2016, p.18) realiza uma análise bem detalhada acerca da maneira de atuação e organização dos criminosos, que, de acordo com sua explanação, possuem características específicas, como: o número de participantes, sendo normalmente um número elevado onde dezenas de indivíduos participam, além da utilização de “olheiros” locais, utilizados para realizar o levantamento da rotina da cidade.

Outra característica abordada por ele se trata do conhecimento da região em

que atuam, utilizando a dificuldade de operacionalizar ações repressivas em locais de difícil acesso, com características peculiares de vegetação, clima e abrigo, podendo eles se embrenharem durante dias nos terrenos escolhidos. A utilização de armamento de grosso calibre e supressão do policiamento local é outro ponto em comum nos delitos, as quadrilhas sempre utilizam superioridade numérica e operacional, com o objetivo de frustrar qualquer intervenção policial durante os assaltos.

Ao continuar com sua explanação, Morais (2016, p. 19), cita também a uniformidade em demonstrações de força através de atos explícitos e violentos, pois, estes usam o elemento medo, como forma de coagir as forças públicas a não intervir durante as ações criminosas, além de servir como meio de amedrontar a população para evitar qualquer denúncia sobre os membros participantes. Por fim, os novos cangaceiros possuem uma forte estrutura para lavagem de dinheiro e ocultação de bem, os recursos obtidos com os roubos e furtos, são empregados, quase sempre, em outras atividades ilícitas mais rentáveis, como o tráfico de drogas. As quadrilhas também vêm apresentando uma evolução em seu modo de agir, estas começaram a utilizar explosivos, com o intuito de detonar os principais cofres das agências bancárias para diminuir o tempo de ação.

Em sua pesquisa, Cruz (2018) constatou uma evolução ainda maior da modalidade, o cangaço noturno, que, segundo sua explanação, trata-se de ações altamente arquitetadas com foco nos caixas eletrônicos e cofres de agências bancárias, geralmente no período noturno e com auxílio de artefatos explosivos. Essa mudança na forma de agir dos grupos tem como objetivo a obtenção de maiores lucros e minimizar o risco de enfrentamentos com as forças policiais locais.

No que trata da organização e delimitação de tarefas, Cruz (2018) igualmente elucida que há umas divisões bem-organizadas, havendo inúmeras funções no bando, dentre eles o explosivista, o arrombador, o segurança, o piloto, o reconhecimento e o responsável pela logística do grupo. Essa especialização e eficiência na divisão de tarefas criam um fator dificultador às forças policiais locais, pois eles ficam imersos em uma perseguição desfavorável e perigosa.

2.4.4 Combate ao “Novo Cangaço”

Por ser fomentador de diversas práticas criminosas expostas anteriormente,

como o assalto, porte ilegal de armas, incentivo ao tráfico de drogas, entre outros, é visível a importância de uma forma eficiente de combate aos cangaceiros contemporâneos. Moraes (2016, p. 31) defende ações de inteligência visando a captação de sinais e dados, através de medidas judiciais cautelares, como forma de acompanhamento após a prisão de um indivíduo envolvido na prática criminosa, além de propor um enfraquecimento financeiro das quadrilhas, causado através de ações de combate à lavagem de dinheiro, realizadas nos laboratórios de combate à lavagem de dinheiro.

Ações de acompanhamento das quadrilhas, com o cruzamento de dados e alerta para eventual liberdade de seus membros, resultado da integração entre os sistemas de inteligência do sistema prisional e das divisões e delegacias especializadas é ponto crucial para a identificação de novas ações em determinadas áreas de atuação destes egressos do sistema prisional (MORAIS, 2016, p. 31).

O autor salienta a importância crucial do rastreamento das armas, explosivos e munições na inteligência, com o objetivo de realizar um mapeamento dos pontos que esses objetos estão sendo desviados, tornando essa prática essencial para descobrir como essas quadrilhas agem, além de evitar outros ilícitos em desfavor da administração pública, como o comércio ilegal de munições e armamentos, e o tráfico internacional de armas e munições (MORAIS, 2016, p. 33).

2.4.5 Assaltos a bancos no Estado do Maranhão

De acordo com o sindicado dos bancários do Estado do Maranhão, entre 2015 e 2021 houve 239 ocorrências envolvendo a violação de estabelecimentos bancários. As modalidades de delitos praticadas foram assaltos, que consistem em operações coletivas ou individuais, armadas, geralmente com manutenção de reféns e de caráter violento; explosões, direcionadas a caixas eletrônicos ou cofres de agências, normalmente realizadas no período da noite e com planejamento prévio e saídas, modalidade de crime em que se monitora um cliente do banco e o aborda na saída da agência, visando o valor que supostamente ele adquiriu na agência.

Alguns dos assaltos praticados no período, foram enquadrados como assaltos na modalidade conhecida como “Novo cangaço”, em que um grande rastro de violência e destruição foram deixados nas cidades alvos.

No artigo de Ronaldo Sousa Sodré (2018), sobre o “Novo Cangaço” no

Maranhão, ele afirma:

Os cangaceiros contemporâneos que agem no Maranhão apresentam similaridades em seus modus operandi, antecedendo a destruição das agências e postos, os criminosos bloqueiam vias e têm como alvos os destacamentos policiais, delegacias e quartéis. Das 7 explosões registradas em 2018, em 4 (Zé Doca, Senador Alexandre Costa, Dom Pedro e São Luís Gonzaga do Maranhão) os grupos atingiram primeiramente as forças de Estado, buscando assim, a intimidação, uma vez que muitas cidades maranhenses contam com efetivo policial desproporcional ao tamanho de sua população e com armamentos inferiores aos das quadrilhas (SODRÉ, 2018).

Tabela 1 – Assaltos, explosões e saidinhas no maranhão

TIPO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Assaltos	11	10	07	03	02	04	03
Arrombamentos	61	47	13	14	23	08	00
Saidinhas	12	04	04	03	04	00	01
Tentativas	-	-	-	04	09	02	03
TOTAL				24	38	14	07

Fonte: SEEB-MA (2021)

Os dados apresentados pelo Sindicato dos Bancários do Maranhão demonstram um pico de assaltos no período de 2015 a 2017 e um decréscimo nos anos seguintes, especialmente pela criação e atuação do COSAR, força especial da PMMA criada para este fim.

Apesar do decréscimo no número de ocorrências, o estado ainda apresenta um número considerável de assaltos anuais, que merecem a atenção da secretaria de segurança e do comando da PMMA. Se hoje, repressivamente a Polícia Militar é capaz de neutralizar a maioria das ações de quadrilhas, preventivamente ainda está aquém do que sua capacidade permite, especialmente se comparada com outras forças de segurança, como a Polícia Civil e Federal. É certo que estas contam com recursos, legais, tecnológicos e financeiros que permitam um direcionamento de suas atividades no combate a este tipo de ocorrências e este é um dos pontos a serem tratados neste trabalho.

2.5 Atividade de inteligência aplicada nas ocorrências de assalto a agências bancárias

A atividade de inteligência, que possui doutrinariamente caráter abrangente, pode ser direcionada a resolver diversos problemas em que tem a tarefa de reduzir o grau de incerteza em atividades de interesse. Uma das áreas que mais tem se beneficiado com a atividade de inteligência é a segurança pública, que como fora apresentado nas políticas públicas nos capítulos anteriores tem dado destaque a algumas ameaças mais proeminentes de nossa sociedade.

Uma das maiores preocupações apontadas pelos governos de nossa geração é crescente domínio de organizações criminosas, que têm buscado equiparar forças com o estado e se desenvolvido em treinamento, poder bélico, financeiro e tecnológico, trazendo assim sérios problemas as instituições de combate a criminalidade e a sociedade.

Neste cenário este capítulo visa analisar como a atividade de inteligência pode contribuir diretamente neste tipo de ocorrência, fornecendo informações relevantes para a atuação das forças de segurança pública, permitindo que elas possam elaborar um planejamento e obter vantagens estratégicas em operações deste tipo.

2.5.1 Medidas contra quadrilhas especializadas

A formalização de conhecimentos acerca do tema específico ainda é precária e são poucas as instituições que possuem material didático e instruções direcionadas para este tipo de ação.

Podemos observar em diversas instituições, uma mobilização geral visando combater este tipo de ação dos criminosos. No Maranhão foi criado o Curso de Operações e Sobrevivência em Área Rural (COSAR) em que uma força especializada de policiais recebeu treinamento voltado especificamente para este fim, o estado de Goiás também elaborou um forte planejamento para combater as ações de tais criminosos, como destacado no trabalho monográfico de Carvalho (2018), estas foram algumas medidas realizadas pelo governo estadual:

- 1) criação de base do Comando de Operações de Divisa (COD) em pontos estratégicos, como exemplo, na cidade de Porangatu-GO;

- 2) alteração nas escalas de serviço dos Grupos de Patrulhamento Tático (GPT) de determinadas regiões;
- 3) aumento da verba do AC4 (serviço extraordinário) para aumentar o número de policiais militares de serviço nas regiões mais propensas à ação do novo cangaço;
- 4) treinamento e nivelamento dos GPT e dos policiais militares do policiamento convencional a fim de prevenir e aumentar a capacidade de repressão imediata no caso de ataques a instituições financeiras;
- 5) estreitamento de relacionamento da ACI com as Agências de Inteligência de vários estados, mesmo os que não participam formalmente do Pacto Integrador de Segurança Pública Interestadual;
- 6) criação de planos de contingência a ser aplicado pelos policiais militares de serviço e em horário de folga durante ocorrências de Novo Cangaço.

As ações observadas em diversas instituições envolvem geralmente planos de contingência, aumento e especialização de efetivo e aquisição de equipamentos. Quando se trata de um plano voltado especificamente para a atividade de inteligência, visando a prevenção e não somente a repressão, ainda existem muitas lacunas e mesmo a ausência de um planejamento elaborado pelas unidades de inteligência, visando estabelecer toda a linha de ação da organização na prevenção e repressão deste tipo de delito.

Jânia Perla Diógenes de Aquino, cita um de seus artigos acerca do tema, uma notícia referente ao assalto ocorrido no interior do Ceará, que resume bem o modus operandi das quadrilhas desse ramo:

Uma agência do banco do Brasil foi alvo de ataques na madrugada desta terça-feira (2), na cidade de Graça a 255 km de Fortaleza. Criminosos também alvejaram o prédio da Polícia Militar da cidade e uma viatura. A sede do banco ficou completamente destruída e a estrutura desabou. Segundo informações apuradas pela Rede Jangadeiro FM, depois de invadir a cidade, o grupo teria se dividido em dois. Uma parte sitiou o posto policial e atirou contra o prédio. Ao mesmo tempo a outra parte seguiu para a agência bancária, implantou as dinamites nos caixas eletrônicos e efetuou as explosões. Em imagens recebidas pelo Tribuna do Ceará, é possível ver moradores de Graça chegando à agência logo após as

explosões. O alarme da agência também pode ser ouvido. Fotografias mostram a viatura policial com os vidros estilhaçados e o teto da agência bancária totalmente destruído. A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS-CE) informou que as equipes das Polícias Civil do Estado do Ceará (PCEC) e Militar do Ceará (PMCE) estão em diligências, nesse momento, com o objetivo de localizar e capturar os responsáveis pela ação criminosa. Um Ecosport, utilizado pelo grupo, foi abandonado e incendiado na saída do município. O fato aconteceu por volta das três horas, quando um grupo armado chegou ao município em três veículos. Após o crime, os suspeitos fugiram em seguida, sentido São Bendito (AQUINO, 2020).

A Polícia Militar de Minas Gerais, destaca-se neste sentido ao possuir além de diversos estudos voltados ao tema, cursos e instruções específicas que orientam seus serviços de inteligência e demais unidades a agir, baseado em um plano de inteligência, visando não somente o combate, mas principalmente o planejamento e prevenção. A instrução n.º 3.03.23/2017 padroniza os procedimentos operacionais em ocorrências de ataques a agências bancárias e similares. Com base neste documento e análise bibliográfica de estudos acadêmicos relacionados foram descritas algumas formas de aplicação da atividade de inteligência na prevenção e combate a assaltos a instituições financeiras.

2.5.2 Utilização da atividade de inteligência no planejamento operacional

Analisando as características das quadrilhas e seu *modus operandi* é possível perceber algumas características sistêmicas das quadrilhas e inferir como a atividade de inteligência relaciona-se com as ações criminosas de modo a preveni-las e combatê-las. Como destacado também pela nota de instrução n.º 3.03.23/2017:

As principais características dos grupos criminosos dedicados a ataques em instituições financeiras são em geral: grande efetivo de marginais com atuação planejada e específica; considerável poder bélico; prática de disparos de arma de fogo em via pública; investidas contra aquartelamentos e enfrentamento às forças policiais militares; utilização de grande quantidade de materiais explosivos e, em alguns

casos, o uso de reféns. O alvo dos grupos criminosos são, via de regra, as cidades de pequeno porte, considerando a fragilidade do sistema de segurança pública local (geralmente com efetivo policial militar reduzido), com preferência às cidades margeadas por mais de uma rodovia (MINAS GERAIS, 2017, p.11).

Tais características também são elencadas no artigo de Ronaldo Barros Sodré (2018), em que o autor afirma:

A atuação das quadrilhas é marcada pelo uso de violências e pela instalação de um estado de pânico nas cidades. Geralmente a atuação dos criminosos é marcada pela tomada do poder, a partir do bloqueio de vias, com a rendição das forças de segurança públicas e privadas e com a utilização de reféns para dar facilidade nas fugas. Dependendo das condições, em que pese principalmente o efetivo de segurança, os grupos realizam arrombamentos ou explosões dos caixas eletrônicos (SODRÉ, 2018, p.1).

Portanto, de acordo com a metodologia de produção do conhecimento, é de grande importância definir os aspectos a conhecer das organizações criminosas, sendo prioridade do planejamento, definir as ações de coleta e busca, visando a reunião de informações que possam permitir montar o perfil da organização criminosa em todas as suas dimensões.

A maioria das informações sobre as características e modo de ação das quadrilhas poderá ser consultadas em fontes abertas, especialmente notícias e artigos relacionados. Na instrução n.º 3.03.23/2017, a PMMG define que um processo de minimização no momento da eclosão do delito, que consiste em 3 fases: pré-incidental, confrontação ou incidental e pós-incidental. A fase pré-incidental abarca exatamente o processo descrito anteriormente:

A fase pré-incidental consiste no desenvolvimento de ações preventivas, desenvolvendo conhecimento e análise da modalidade criminosa antes da ocorrência do delito, com vistas à identificação do crime, dos criminosos e de possíveis alvos de ações delituosas, além de suas vertentes, características e vulnerabilidades para elaboração das melhores formas de resposta estatal. Essa fase se desenvolve, também, com a produção de planos de segurança, treinamento operacional, adoção de medidas de interação comunitária para busca e recebimento de informações, denúncias e o envolvimento da sociedade a fim de impedir novos incidentes (MINAS GERAIS, 2017,

p.19).

Nota-se que em uma primeira etapa da fase pré-incidental a produção do conhecimento é a atividade principal da equipe de inteligência, que deve se utilizar dos meios disponíveis para reunir o maior número de informações possíveis. Com base em informações já disponíveis, elaboradas pela equipe de inteligência que utilizou os meios de obtenção de dados necessários, como abordado no capítulo sobre a Atividade de Inteligência, baseado nos mais diversos tipos de fontes (sinais, eletrônica, imagens, dados geográficos, etc.), permite que após a eclosão do delito as ações subsequentes possam ser fomentadas visando a elaboração de uma ação de resposta.

A ação de resposta é imediata ao delito, mas com base no conhecimento disponível o decisor deve estabelecer a preparação da força de segurança por meio da elaboração de planos visando o aprimoramento da tropa, planos de contingência, participação da comunidade e um sistema de denúncias que possa permitir a antecipação do delito.

A técnica assessória, conhecida como análise de risco, entra aqui com papel fundamental, através da utilização de ferramentas analíticas que permitam detectar as vulnerabilidades das localidades e do planejamento das forças policiais presentes na região.

Ainda em relação às fases da eclosão do delito, a segunda fase, chamada de fase incidental é definida como:

A fase incidental ou de confrontação compreende as ações de reação ao fato durante sua imediata ocorrência, de forma a responder, com ações sistematicamente planejadas ao delito criminoso para impedir que este se consolide sem uma reação eficaz por parte do Estado. Desenvolve-se quando o delito não pôde ser impedido na fase pré-incidental por meio de medidas preventivas, necessitando, então, de medidas repressivas qualificadas ante as práticas criminosas em andamento (MINAS GERAIS, 2017, p.19)

Esta fase compreende a realização da ação de fato, por parte dos criminosos, em que há relativo sucesso, e que o planejamento deles é executado (ataques a residência de militares, aquartelamentos, viaturas, disparos intimidativos em via pública, ou na ação direta à instituição financeira), e há ainda, fuga ou prisão dos infratores.

Por fim, a fase pós-incidental, definida pela nota de instrução já mencionada como:

A fase pós-incidental abarca as atividades/operações de apoio e resposta após a ocorrência dos crimes, vez que os incidentes não puderam ser evitados preventivamente, ou mesmo de forma repressiva durante o combate à ação delituosa. Inicia-se com a busca de dados referentes a atuação, quantidade de marginais, rota de fuga, possíveis infratores, modus operandi, locais utilizados na região, veículos utilizados, imagens registradas em circuitos de segurança, detalhes da ação que possam levar à quadrilha (tipo de explosivos, tipos de “miguelitos”, armamentos utilizados, perfil dos marginais, etc). Ainda neste processo pós-incidental, está previsto o acionamento de perícia, confecção do REDS e o restabelecimento da sensação de segurança da população, além de outras ações/procedimentos cabíveis em cada caso (MINAS GERAIS, 2017, p.19)

É nesta fase, que aquilo que fora proposto no planejamento, não logrou êxito, total ou parcialmente. Então, novamente, os dados reunidos pela equipe de inteligência serão de importância fundamental, pois as forças policiais atuarão principalmente na busca dos criminosos e no desarme de possíveis estruturas remanescentes da operação dos criminosos que possa causar algum dano a sociedade ou ao patrimônio.

Aqui, o trabalho da equipe de inteligência entra novamente em voga, em participação direta, no qual o uso das técnicas e ações operacionais serão essenciais. Um dos pontos mais importante é a formação de vínculos entre as ocorrências, em que as variáveis envolvem tanto os criminosos, como as localidades, origem, modo de agir, dentro outros fatores, que permite relacionar com outras ações em que os criminosos conseguiram empreender fuga da ocorrência.

As técnicas acessórias têm aqui profunda aplicação, por meio da análise de vínculos, em que se busca detectar os padrões já descritos sobre as ocorrências e assim encontrar pistas sobre a origem e paradeiro dos assaltantes. A análise criminal embora possua maior aplicação preventiva, em elaboração de planejamento, possui também papel na fase pós-incidental, como complemento da análise de vínculos, ao recuperar os possíveis dados referentes a crimes e criminosos e assim fornecer informações que permitam sua localização. A análise

criminal, embora possa não fornecer dados diretos, pode através de informações diretas coletas, conhecer alguns aspectos que possam facilitar o desenvolvimento de uma linha de ação.

A nota de instrução n.º 3.03.23/2017 preconiza que:

Para os levantamentos dos alvos e reconhecimento dos locais, as quadrilhas, frequentemente, utilizam veículos “populares” como FIAT/UNO, FIAT/PALIO, VW/GOL, HONDA/CG 125. Em um segundo momento, durante os ataques, foram identificados veículos como TOYOTA/COROLLA, FIAT/STRADA, HONDA/CIVIC, FIAT/TORO e TOYOTA/HILUX. Grande parte dos veículos utilizados nos crimes são roubados, furtados ou clonados, mas também há registro de utilização de veículos legalizados, especialmente para a fuga, incluindo motos e até caminhões para o acondicionamento de cofres, explosivos, armamentos, munições e/ou dissimular a dispersão. As quadrilhas escolhem cidades (às vezes de modo recorrente) e estudam fatores de vulnerabilidade que são associados à distância entre as sedes das Frações PM e os locais do ataque, entre as Frações vizinhas para possível reforço (e ligações entre si), o monitoramento das entradas das cidades, a ausência de outras Instituições de Segurança Pública, divisa com outros Estados, etc (MINAS GERAIS, 2017, p.12)

Desta forma, é de grande importância que as organizações de inteligência estejam preparadas tecnologicamente para lidar com estas questões, através de sistemas de reconhecimento veicular e pessoal, do compartilhamento remoto de informações entre agências, além do acesso a sistemas de monitoramento local.

Aliada as estas informações, observa-se que uma das características das quadrilhas são suas formações através de membros distribuídos no espaço geográfico nacional, portanto, a integração entre as unidades de inteligência se torna essencial. Além disso, há a utilização de materiais explosivos industriais que também podem fornecer informações importantes sobre a identidade dos criminosos.

Assim, finaliza a Nota de instrução, afirmando a importância da atividade de inteligência no combate a esta modalidade de crime, apontando de forma resumida o caminho a seguir: “são ações importantes, dentre outras, a manutenção de rotina de coleta e atualização dos dados dos municípios e alvos das ações; mapeamento

dos caixas eletrônicos; identificação de veículos envolvidos nos crimes; produção de documentos de inteligência, inclusive de apreciações com indicação de riscos de tendência de eclosão do crime nos municípios; análise de dados qualitativos e quantitativos a respeito das ações; cadastro de quadrilhas catalogadas com vínculos criminais e de ocorrência de ataques a caixas eletrônicos; construção de base de dados sobre esta modalidade criminosa; integração com demais órgãos do Sistema de Defesa Social, Justiça Criminal e outras Agências de Inteligência; difusão oportuna de dados (quem, quando e onde)” (MINAS GERAIS, 2017).

3 METODOLOGIA

Nesta seção descreve-se a metodologia, procedimentos, abordagens e técnicas que viabilizaram a pesquisa, os quais possibilitaram cumprir os objetivos a serem atingidos pela pesquisa. O problema de pesquisa foi o seguinte: de que forma a atividade de inteligência pode contribuir para a prevenção de assalto a bancos no interior do Estado do Maranhão? Para isto verificou-se a conjuntura da situação atual do serviço de inteligência e os dados referentes a este tipo de ocorrência no estado e foi constatado que as ações governamentais estiveram mais alinhadas nas ferramentas repressivas do que preventivas.

Outro parâmetro que tornou nítido o problema foi a ausência de uma estratégia formal, documentada e disseminada na PMMA, como ocorre em outras instituições. O estudo visa, portanto, analisar como a atividade de inteligência, de acordo com a doutrina consagrada e disseminada pelos órgãos nacionais, pode oferecer as ferramentas para que a modalidade criminosa de assalto a bancos e estabelecimentos financeiros de modo geral, sejam enfrentadas de forma mais eficiente, evitando assim as grandes perdas que este tipo de ocorrência proporciona.

3.1 Pressupostos epistemológicos

Para Kuhn (1970) os paradigmas são estruturas conceituais investigativas, ou a forma que encontramos para compreender fenômenos e os procedimentos da prática investigativa.

Para a elaboração desta pesquisa, dada a sua natureza de caráter elucidativo e esclarecedora acerca dos temas abordados, optou-se pela adoção de paradigmas

específicos adequados para este fim, que visa o estudo e análise de obras a fim de se buscar correlações entre os assuntos de interesse e estabelecer uma base teórica que permita responder o problema da pesquisa. Assim o paradigma interpretativo demonstrou ser a visão mais adequada para o enfrentamento da pesquisa, adequado a lidar com dados de natureza qualitativa, a partir de uma visão científica pautada na observação e na aplicação de técnicas de análises textuais e comparativas.

Em sua tese, Maria Helena Silva de Sousa Martinho (2007) afirma:

O paradigma interpretativo valoriza a explicação e compreensão holística das situações, o caráter complexo e essencialmente humano da atividade de interpretação do real e o papel privilegiado que nessa atividade toma o plano da intersubjetividade resultante do encontro e interação de múltiplos atores sociais entre os quais se incluem a investigadora. O paradigma introduz uma dimensão que se distancia dos cânones positivistas clássicos. De fato, não visa o estabelecimento de relações causa-efeito, não se orienta para a verificação de leis gerais, nem para a previsão de comportamentos, mas, antes, para o desenvolvimento do conhecimento de situações inseridas em contexto, conhecimento que assume um caráter plural, feito a muitas vozes e inevitavelmente fragmentário (MARTINHO, 2007).

Neste sentido o presente estudo traz uma análise de um problema social real e relevante de nossos tempos, no campo da segurança pública e busca interpretativamente por meio de processos mentais e análise bibliográfica, estabelecer relações entre uma área de estudo, com objetivos e aplicações amplos, e um problema de ordem específica.

O problema social abordado são os assaltos as instituições bancárias, que no contexto atual, são vitimizadas por uma certa classe de criminosos, aptos a tal feito, através de planejamento e operação de acordo com as exigências do desafio. A sociedade é especialmente lesada ao ser expostas a situações de grave violência, medo e insegurança, antes, durante e depois da ação criminosa.

Analisado o fenômeno, busca-se as soluções, através de ferramentas que permitam resolvê-las, e dadas as possibilidades, verifica-se, as principais lacunas que possam ser preenchidas, desde que apresentem efetividade de solução. Neste contexto entra a atividade de inteligência, que se oferece como meio mais adequado

para a resolução do problema.

3.2 Abordagem e tipologia da pesquisa

Segundo Correa (2008), pesquisa qualitativa é quando a técnica de pesquisa busca entender as dinâmicas de um ou poucos objetos de estudo, sem preocupações relacionadas a números e quantidades, apenas com as características qualitativas do objeto de estudo. Neste sentido, fazendo jus a noção empreendida pelo autor observa-se que a pesquisa busca qualificar a discussão acerca do tema proposto através da leitura e interpretação de obras relevantes, buscando assim um esclarecimento inicial que permita realização de análises comparativas e interpretativas sobre os temas propostos, não havendo algum direcionamento da pesquisa a qualquer tipo de análise quantitativa.

A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo, e adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles. O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa (CHIZZOTTI 2003).

Como estabelecido pelos objetivos do trabalho, a proposta consistiu em analisar quais tipos de contribuição a matéria conhecida como atividade de inteligência contribui com a melhoria da eficiência nas ações policiais que envolvam assalto a bancos no interior do Estado do Maranhão. Para tal foi investigado a fundo os fundamentos desta disciplina a fim de identificar as ferramentas e conhecimentos que ela pode propiciar para aplicação nas ações policiais. Juntamente a essa tarefa foi realizado um estudo minucioso sobre as características empreendidas pelas

quadrilhas de assalto a bancos, que costumam agir de modo semelhante, em planejamento e execução, e buscou-se relacionar as informações como meio de gerar conhecimento para que futuramente se possa estabelecer um planejamento adequado a uma situação semelhante. Portanto, pautando-se nas características do estudo que envolveram análise textual, em que o objeto se trata de conhecimento literário e observável, a abordagem de pesquisa foi sumariamente qualitativa.

Quanto aos procedimentos metodológicos da pesquisa, cabe salientar inicialmente o que é método:

É um procedimento de investigação e controle que se adota para o desenvolvimento rápido e eficiente de uma atividade qualquer. Não se executa um trabalho sem a adoção de algumas técnicas e procedimentos norteadores da ação (BASTOS; KELLER, 2000, p.84).

Portando, trata-se dos procedimentos que foram tratados diretamente na investigação do problema e as medidas que são tomadas para o correto andamento da mesma, permitindo que o trabalho seja desenvolvido com correção, segurança e fluidez.

Foi utilizado nesta pesquisa o método de abordagem hipotético-dedutivo:

O método hipotético-dedutivo se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Diante do problema da pesquisa, apontou-se a hipótese de que a atividade de inteligência pode afetar o fenômeno de assalto a bancos no interior do estado, partindo-se desta hipótese, busca-se preencher a lacuna identificada através da análise de um corpo de conhecimento. Como assinalado por Popper “toda pesquisa tem sua origem num problema para o qual se procura uma solução, por meio de tentativas (conjecturas, hipóteses, teorias) e eliminação de erros”, e dado a natureza não quantitativa do problema e suas nuances, optou-se pela utilização dos procedimentos aqui descritos.

3.3 Técnicas e materiais de pesquisa

As técnicas de pesquisa utilizadas para a conclusão do trabalho foram a

análise de conteúdo, baseado no levantamento bibliográfico realizado, onde buscou-se compreender criticamente e estruturalmente os elementos apresentados a fim de estabelecer relações entre eles. Também foi utilizado a técnica da observação, baseado em cenários descritos em documentos e noticiários de interesse.

A observação qualitativa, também chamada observação de campo, é uma técnica de coleta de dados que tem como objetivo explorar e descrever fenômenos, ambientes, aspectos da vida social de um grupo. Ela implica conhecer e aprofundar as situações sociais, mantendo reflexão contínua e observando detalhes dos sucessos, dos eventos e das interações, e faz-se pela interação entre investigador e grupos sociais, visando coletar modos de vida sistemáticos, diretamente do contexto ou situação específica do grupo. Além de anotações textuais (fala dos indivíduos do grupo), registrará também signos não verbais e aspectos peculiares da linguagem (LAKATOS, MARKONI 2017).

A pesquisa realizada é exploratória, a qual se buscou o aprofundamento de ideias baseados nos dados e informações disponíveis. Foi realizada então o levantamento bibliográfico. Para Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada:

A partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Foi realizado inicialmente a compilação do material, que consistiu na consulta a bancos de monografias, artigos e a pesquisa de livros consagrados acerca do assunto. As principais fontes de artigos e trabalhos monográficos foram as bases de dados da Polícia Militar de Minas Gerais e da Polícia Militar de Brasília, o Capes, a Scielo, dentre outras fontes de dados.

Para o estudo da atividade de inteligência foram utilizados principalmente,

livros de autores consagrados na área e a DNISP, além de manuais do EB sobre o tema, também foram utilizados como complemento, materiais monográficos e artigos científicos.

A inteligência de segurança pública é abordada especialmente na DNISP, porém, alguns autores nacionais foram consultados e forneceram alguns elementos que permitiram formar a base conceitual desta seção.

Em relação aos assaltos a agências bancárias e a atuação da atividade de inteligência em vistas a este fenômeno, as notas de instrução da PMMG e artigos relacionados foram as principais fontes de pesquisa.

4 DISCUSSÃO

As bases teóricas da argumentação são os capítulos referentes aos estudos relacionados a atividade de inteligência, inteligência de segurança pública e o estudo acerca dos assaltos a instituições bancárias. Então, pautado no levantamento realizado e traçando a análise comparativa entre os conteúdos, foi elaborado o capítulo referente a utilização da atividade de inteligência na prevenção de assalto a bancos, em que alguns estudos e instruções normativas ofereceram suporte a formalização do conhecimento desejado.

O problema de pesquisa é “de que forma a atividade de inteligência pode contribuir para a prevenção de assalto a bancos no interior do Estado do Maranhão?”. A resposta para este problema segue pela relação estabelecida entre os conhecimentos da atividade de inteligência e da inteligência de segurança pública, com sua metodologia, técnicas e ferramentas que demonstraram que a atividade de inteligência é uma área de conhecimento com aplicações diversas, em que obedece ciclos dinâmicos e adaptáveis a problemas variados e que sua aplicação no contexto de assaltos a estabelecimentos bancários mostrou-se primordial, sendo capaz inclusive, de evitar a eclosão do delito e reduzir drasticamente as perdas pessoais e patrimoniais.

Como requisito para o cumprimento do primeiro objetivo específico, foram estudadas, no capítulo um, a atividade de inteligência, seus fundamentos, métodos, e sua operacionalização por meios das técnicas executadas pelos seus agentes. A primeira constatação realizada é sobre a importância da atividade de inteligência, evidenciada no seu percurso histórico, que vai desde os tempos mais remotos da

humanidade, em que na forma de espionagem já era utilizada por algumas civilizações e evoluiu ao longo do tempo para um conhecimento sistematizado e consolidado, empregado nos períodos mais decisivos da história humana, inicialmente com aplicações estritamente militares, passando a ser uma ciência capaz de assessorar líderes em qualquer contexto estratégico.

Evidenciada a importância histórica da atividade de inteligência, os conceitos mais aceitos no meio convergem para os mesmos princípios, em que a atividade de inteligência é uma ferramenta de assessoramento, e que seu objetivo é identificar em seus alvos: atividades, planos, estruturas, estratégias, capacidades, vulnerabilidades e intenções. Estes são componentes comuns a contextos e problemas diversos, o que evidencia sua aplicação variada.

Tratando-se da questão dos assaltos a bancos, ficou claro que as quadrilhas possuem minucioso planejamento, estrutura técnica e material para execução do plano e estratégias definidas para todas as fases do assalto, também possuem certas características em comum, desde o recrutamento de membro, formas de agir, formação geográfica, entre outros aspectos, que são perfeitamente adequados aos objetivos dos serviços de uma organização de inteligência.

Seguindo os estudos referentes a atividade de inteligência, são analisados os princípios desta, em que a obediência a estes é de suma importância para o andamento das missões, pois, defendem os aspectos essenciais para qualquer tipo de operação policial como objetividade, segurança, legalidade, oportunidade, imparcialidade, amplitude, cooperação e sigilo, todos estes elementos decisivos que se não aplicados podem significar a ruína da ação operacional.

Foram apresentadas também as disciplinas de inteligência, que indicam as diversas fontes de conhecimento que uma operação de inteligência pode envolver. No contexto da pesquisa é essencial a utilização de variadas fontes, visto o grande número de variáveis que são envolvidas para identificação e neutralização dos perpetradores. Como analisado neste trabalho, os assaltantes costumam carregar diversas informações em comum entre suas características e modo de agir, assim como nos seus materiais e técnicas. Portanto, o acesso a banco de dados criminais, imagens de satélite, sistemas de monitoramento, conhecimento geográfico da área, entre outros são essenciais e fazem parte das fontes de conhecimento utilizadas pelas organizações de inteligência.

Em seguida foram analisadas os tipos de conhecimento produzidos e a

metodologia de produção do conhecimento na atividade de inteligência, que se referem às questões conceituais e formais da disciplina. Esta fase compreende importante etapa na análise dos dados, e na relevância e eficácia das informações levantadas, e irão direcionar todo o planejamento posterior, que se utilizará dos conhecimentos coletados e interpretados.

O estudo que abrange as ações e as técnicas operacionais, demonstra a atuação dos agentes de inteligência, seja na fase de planejamento das ações criminosas, na fase de eclosão do delito ou pós-incidental. Excetuando as informações encontradas em noticiários e em bancos de dados criminais, quase a totalidade do restante das informações referentes as quadrilhas são consideradas “dados negados”, ou seja, dados indisponíveis ostensivamente, que necessitam de ações específicas para serem obtidos, ações estas que são a base dos serviços de inteligência, visto que uma das principais tarefas dos agentes de inteligência é a obtenção de dados negados.

Em relação às ações de inteligência, todas as abordadas neste estudo têm relevância na resolução do problema de pesquisa, porém, especificamente o reconhecimento, a vigilância e o monitoramento podem ter papel decisivo no sucesso da empreitada policial. Por mais que as ações das quadrilhas sejam conhecidas, existe o fator da imprevisibilidade e a descoordenação cronológica das ações, que atrapalham uma preparação efetiva para o momento da ação dos bandidos. Neste sentido o monitoramento e vigilância podem oferecer os primeiros indícios de instalação ou detectar atividades de reconhecimento das organizações criminosas.

As técnicas operacionais, referem-se as ações, geralmente tomadas pelos agentes, individualmente. Muitas delas exigem o contato direto com perpetradores ou pessoas envolvidas, o que é mais factível de ocorrer na fase pós-incidental, visto que, a princípio, a identidade dos criminosos é desconhecida. Nesta fase, todas as ações policiais de buscas a criminosos podem ser reduzidas diante de uma boa atuação do serviço de inteligência. Mais do que quantidade e ações intempestivas, o conhecimento é o grande aliado na busca dos transgressores.

Por fim, o último aspecto abordado no capítulo é sobre as atividades de contrainteligência. As organizações criminosas têm buscado equiparar-se as forças estatais, não somente para situações de combate, mas também no quesito tecnológico e em planejamento, possuindo agentes capazes de produzir

conhecimento, realizando inclusive ações de reconhecimento, definindo rotas de fuga, investigando o corpo policial da cidade-alvo e inserindo espiões que repassam informações estratégicas, é neste sentido que a contrainteligência é essencial para que se possa combater os criminosos em todas as frentes.

No capítulo referente a inteligência de segurança pública, fica evidenciado pelas políticas e estratégias de segurança pública que as organizações criminosas são prioridades dos governos atuais, dado o crescimento exponencial que estas passaram nos últimos anos, diversificando sua atuação e buscando novas fontes de rendas para o financiamento de seus negócios ilícitos. A atividade de inteligência de segurança pública, como apontado, difere apenas em seu objetivo e nos atores envolvidos. Seu processo é o mesmo da atividade de inteligência clássica e as discussões são voltadas para melhores formas de assessorar as instituições de segurança pública.

A política nacional de segurança pública destaca que a integração entre os sistemas de inteligência, filiados aos órgãos nacionais estejam alinhados com as novas tecnologias, que valorizem o compartilhamento de dados e o treinamento continuado. A capacidade de gerir e lidar com grandes volumes de dados é considerada essencial e fazem parte dos desafios enumerados pela política a serem enfrentados por todas as organizações, visando a manutenção da vantagem no aspecto técnico e tecnológico, que as agências legalizadas ainda possuem.

O destaque deste capítulo são as técnicas acessórias, que são ferramentas de análises de dados. Como observado, diferente da aplicação das técnicas operacionais, que são mais utilizáveis no momento pós-incidental, as técnicas acessórias são mais utilizadas nas fases iniciais dos delitos, com exceção da análise de vínculos, em que sua aplicação exige o conhecimento prévio de alguns membros da quadrilha, e pode oferecer importantes informações sobre o paradeiro, origens e destinos de alguns integrantes. A análise de vínculos está estritamente ligada a um bom funcionamento das ferramentas de armazenamento e recuperação de dados, por isso sua aplicação nos mais diversos serviços de inteligência, especialmente aqueles ligados as forças estaduais, ainda é incipiente.

A análise de riscos é etapa fundamental para a elaboração de um plano de contingência, pois, através de ferramentas de análises de risco, trata de identificar vulnerabilidades no ambiente e contexto envolvido. As cidades do interior do Maranhão são cidades com latentes deficiências estruturais, normalmente, as

quadrilhas escolhem as localidades de acordo com características específicas e a identificação destes pontos pode ser essencial na elaboração de um plano de defesa.

Como apresentado no ciclo de análise de riscos no capítulo 2, as fases deste podem tornar-se um projeto de prevenção. A fase de identificação dos riscos potenciais pode ser direcionada ao estudo das instituições financeiras que podem ser alvos das quadrilhas, a exemplo: as datas de maior movimentação financeira e presença de carros-fortes, a identificação de vulnerabilidades destas instituições, como segurança precária, ausência de monitoramento, cofres inseguros e outros aspectos.

Outro fator que deve ser estudado pela técnica de análise de riscos são os aspectos geográficos da região, suas possíveis rotas de fuga, entradas e saídas da cidade, presenças de matagais, fazendas e descampados que possam facilitar a fugas dos perpetradores, possíveis pontos-bases utilizados pelos bandidos, residência dos militares e a área próxima ao quartel.

Em seguida, na fase do desenvolvimento de alternativas, elabora-se a proposta que visa a minimização destes problemas, que pode consistir na elaboração de um plano de defesa territorial. Neste plano pode envolver ações de planejamento policial, de forma geral, como medidas de qualificação da tropa, propostas para aquisição de equipamentos de desarmamento de explosivos, plano de ação operacional para o momento da eclosão do delito, posicionamento estratégico de forças especiais etc.

A inteligência, anteriormente conceituada, é ferramenta assessória e fornecerá o conhecimento. A aplicação deste se materializará em ações diversas, por exemplo: aproximação com a comunidade, comerciantes e rede hoteleira da cidade e o estabelecimento de um canal sigiloso de denúncia, visando coletar informações sobre a chegada de pessoas com certas características. A nota de instrução n.º 03.03.231017/2017 afirma que, segundo levantamento, existem alguns aspectos em comum entre a maioria dos casos, em relação aos membros organizados que realizam o primeiro contato com a cidade visando coletar informações.

Estas pessoas costumam se hospedar em hotéis, realizando reservas em dinheiro em espécie, normalmente em grupo ou casal, oriundos de outras regiões. Costumam utilizar veículos potentes (SUVs ou Pick-ups), costumam ter mandados

de prisão ou passagens pela polícia, além de carros com situação irregular ou mesmo roubados. A população, municiada destas informações poderá oferecer um passo importante na identificação destes bandidos, que podem passar a ser monitorados ou interceptados pela polícia local.

Outra medida a ser realizada é a elaboração de um mapa de perigo, em que as vulnerabilidades estudadas são descritas e mapeadas. A nota de instrução n.º 03.03.231017/2017, defende que: “na construção do Mapa de Perigo a Força policial militar deverá levar em consideração, diversos fatores relacionados a natureza das instituições financeiras, do local, da força policial militar local, do engajamento/mobilização e da expectativa de reação.”

De acordo com o documento serão identificadas as instituições financeiras, vulnerabilidades, proximidade com bairros residenciais e moradores, posição relativa do local, distância para rodovias, presenças de hospitais, zonas de sombra de sinais de rádio, efetivo policial, viaturas disponíveis, policiais habilitados para combate, etc. A elaboração deste mapa é resultado do estudo realizado pela inteligência.

A análise de riscos é então peça fundamental, sendo responsável pelo aproveitamento da maior parte das informações coletadas pela atividade de inteligência e materializando o conhecimento em ações concretas. As técnicas de análise criminal e análise de vínculos também são importantes no processo, especialmente na fase pós-incidental.

A análise criminal é uma técnica assessória abrangente, que tem como origem a ciência criminal e está ligada ao estudo de diversos fatores relacionados ao crime. Sua aplicação pode variar desde análises de suspeitos, como das características dos crimes em si. Por este motivo a análise criminal pode ser utilizada em todo o processo, seja na identificação de suspeitos, como no estudo das ações da quadrilha, fornecendo assim informações sobre características, *modus operandi*, materiais utilizados e outras informações que permitirão delinear o perfil das quadrilhas e criminosos.

A análise criminal é realizada através de consultas a bancos de dados, mas também podem envolver estudos em campo e resultados periciais. As fontes de dados são registros da Polícia Civil, sistema de informação sobre mortalidade e dados do ministério da saúde. Estas informações referem-se a estatísticas criminais gerais, para consultas individuais, é necessário buscar atestados de antecedentes criminais nas bases de dados da Polícia Federal e Civil.

Quanto ao estudo de cenários de crimes e características, é necessário acesso a laudos periciais das ocorrências, o estudo e análise dos fatos que caracterizam estes crimes. A aplicação da análise criminal pode ter papel fundamental em todas as fases do planejamento, inclusive possibilitando a intervenção antes da eclosão do delito.

Por fim, a análise de vínculos, como já fora discutido, são bases de informações em que estruturas de dados estabelecem relações entre criminosos, suas associações e informações básicas. Também são de grande utilidade, complementando os benefícios das técnicas acessórias. A utilização das três técnicas, de forma adequada, com o devido conhecimento e disponibilidade tecnológica pode trazer a maioria das informações necessárias que o serviço de inteligência coletará. Junto as ações e técnicas operacionais, formarão a base de informações coletadas para a produção do conhecimento pelos analistas.

O capítulo três, discorre sobre a Diretoria de Inteligência e Assuntos Estratégicos. Este capítulo visa analisar as possibilidades de atuação da unidade de inteligência da Polícia Militar do Maranhão. As análises são baseadas nos limites legais e atribuições da unidade.

No aspecto legal, a unidade é subordinada a PMMA e está apta a realizar todos os tipos de operações que uma organização de inteligência distrital é habilitada. As leis que regulamentam a unidade são federais e regulamentam a atuação dos órgãos de inteligência do país. O trabalho de combate ao crime organizado é tarefa nacional e os estados têm papel fundamental nesta missão e, portanto, a DIAE, não poderia ser excluída deste contexto e deve ser a organização central do planejamento contra esta modalidade criminosa no estado do Maranhão.

O segundo objetivo específico, que é descrever as características do fenômeno de assalto a bancos nos interiores do estado, é cumprido no capítulo quatro, em que se discorre sobre as características, *modus operandi*, histórico e outras informações sobre os assaltos a bancos, trazendo dados da ocorrência no estado e os principais estudos na área.

O capítulo inicia buscando explicar os motivos que fazem a modalidade criminosa ser tão visada pelo poder público. A razão é sua ação deveras violenta e costumeiramente causadora de grandes prejuízos pessoais e patrimoniais. Em seguida é realizado uma descrição do *modus operandi* das quadrilhas. É possível observar uma grande quantidade de estudos na área, o que permite delinear o perfil

das quadrilhas e criminosos. Levantamentos e estudos realizados por pesquisadores e jornalistas formaram as bases de muitas medidas, planos e ações de diversas forças policiais do país.

A identificação da distribuição geográfica dos criminosos permitiu compreender o processo de formação destas quadrilhas e fortalecer os sistemas de análise de vínculos, visto que ligações entre membros de acordo com locais ou laços familiares são raros no meio, pois, as quadrilhas costumam ter membros com origens diversas, em que na fase de recrutamento, priorizam a qualificação e especialização destes.

Os materiais utilizados por elas também foram objetos de estudo e o reconhecimento de materiais explosivos industrializados permitiu a identificação de fornecedores e por consequência, compradores, levando assim a identificação de alguns destes criminosos.

O capítulo finaliza com uma análise referente aos dados de assaltos a banco no Estado do Maranhão. É possível perceber um decréscimo em relação às ocorrências ao nível estadual, e estabelecer uma relação com a criação da força especial de combate a este tipo de delito no estado, o COSAR, porém, ainda assim, os números continuam altos, e os relatos e dados de ocorrências em várias cidades indicam grandes prejuízos financeiros, patrimoniais e pessoais, além de grande mobilização das forças policiais, em missões que duram meses e são financeiramente dispendiosas e ineficientes quanto a resolução dos casos.

Fica evidenciado que a atividade de inteligência é fundamental para a redução de prejuízos e celeridade na resolução do problema. O sucesso de algumas destas ações criminosas poderia ser evitado por meio de um planejamento orientado pela inteligência, em ocorrências de maior ou menor porte.

O terceiro objetivo específico, identificar as técnicas de inteligência adequadas a atividade de policiamento preventivo, é apresentado no capítulo quatro, onde o estudo converge para o cumprimento do objetivo geral, que visa analisar as contribuições da atividade de inteligência para a Polícia Militar do Maranhão na prevenção de assalto a bancos no interior do estado.

O capítulo realiza a interseção de conhecimentos, buscando relacionar as bases da inteligência clássica e de segurança pública com a prevenção de assaltos a bancos. Para não pautar a análise em inferências pessoais sobre o tema, foram buscadas fontes em que o conhecimento de inteligência tem aplicação específica

para este fim. Os trabalhos monográficos apresentados, evidenciaram o planejamento das instituições com olhar voltado para ações repressivas, principalmente com a criação de grupos de combate especializados.

A segunda análise do capítulo refere-se à identificação das características das operações realizadas. A base para o estudo é a nota de instrução n.º 3.03.23/2017, assim abre-se caminho para a fase da reunião de dados da atividade de inteligência, em que as técnicas operacionais e acessórias são utilizadas, e é reforçado a importância das disciplinas de inteligência.

Ainda com base na instrução normativa da PMMG, são definidas as fases da eclosão do delito, em que a atividade de inteligência é amplamente utilizada em todas elas. A fase pré-incidental que consiste em análises da modalidade criminosa, como já fora abordado, o capítulo reforça a importância das técnicas operacionais clássicas e acessórias.

O capítulo prossegue com as fases seguintes, explicando os aspectos da atividade de inteligência que se enquadram em cada uma delas. Neste ponto, observa-se que as diversas técnicas, não são de aplicação engessada e podem ser adaptadas a diversos contextos. Também é possível observar que o maior número de recursos técnicos utilizados, traz uma maior possibilidade de encontrar relações importantes na fase de análise dos dados e conseqüentemente um material de maior valor e qualidade.

Desta forma, de acordo com o descrito neste capítulo, fica evidente que a atividade de inteligência possui aplicação prática eficiente sobre o problema abordado, e que o grande número de relações entre os conhecimentos citados confirmam a hipótese deste trabalho de que a atividade de inteligência pode contribuir com a prevenção de assalto a bancos no interior do Estado do Maranhão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O DNISP publicado em 2020 reflete a preocupação governamental em relação ao crescimento da criminalidade organizada, a preocupação não é em vão. Dados do instituto Febraban em 2020 indicaram um total de 434 assaltos a instituições financeiras em todo o país. Por outro lado, a mesma instituição analisa que desde 2012, o número de ocorrências vem sofrendo decréscimo, e isso muito se deve a mobilização governamental em torno do problema.

O panorama das ocorrências é o mesmo, operações altamente planejadas, quadrilhas numerosas, terror instalado nas cidades alvo, patrimônio público e privado lesados e, eventualmente, morte de inocentes. Este cenário levou as autoridades a buscarem soluções para o enfrentamento da criminalidade organizada e a atividade de inteligência vem como uma das ferramentas que, por seus princípios e doutrina, torna-se adequada a responder sobre os principais problemas encontrados no enfrentamento do crime organizado.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi o estudo bibliográfico, que dado o problema de pesquisa, mostrou-se como a melhor escolha, visto que o problema se deparava com duas vertentes distintas de resolução: uma se dava pela via repressiva, em que o combate direto é a linha de ação desta abordagem e outra pela via preventiva, em que o combate busca ser evitado e o conhecimento encabeça as ações posteriores.

Se um dos grandes problemas apontados é o rastro de destruição e perdas causadas pela ação das quadrilhas, a medida repressiva não parece ser a mais adequada para resolver esta questão. A atividade de inteligência vem como antídoto para o caos que se estabelece na eclosão do delito.

Ao analisar-se então as duas vertentes, buscou-se soluções na doutrina da atividade de inteligência, sua aplicação na área da segurança pública e na aplicação direta dos assaltos a bancos, justificando assim a utilização da pesquisa bibliográfica.

Os objetivos de pesquisa foram:

- a) Geral: Analisar as contribuições da atividade de inteligência para a Polícia Militar do Maranhão na prevenção de assalto a bancos no interior do Estado do Maranhão.
- b) Específicos: Conceituar atividade de inteligência, seus métodos,

técnicas e operacionalização., descrever as características do fenômeno de assalto a bancos nos interiores do estado e identificar as técnicas de inteligência adequadas a atividade de policiamento preventivo.

Todos os objetivos foram atingidos ao final da pesquisa, utilizando vasta fonte bibliográfica que propiciaram a fundamentação das áreas estudadas de forma satisfatória.

A hipótese de que a atividade de inteligência pode contribuir com a prevenção de assalto a bancos foi confirmada com base no encaixe que o conhecimento de inteligência apresentou em relação as demandas das ocorrências de assalto a bancos. Técnicas e ações operacionais demonstraram ser soluções eficientes para lidar com a natureza destas ocorrências e seus desdobramentos.

O problema de pesquisa: “De que forma a atividade de inteligência pode contribuir para a prevenção de assalto a bancos no interior do Estado do Maranhão?”, pôde então ser respondido satisfatoriamente, pautado em conhecimentos doutrinários e aplicações práticas executadas por outras forças policiais nacionais.

A pesquisa pôde contar com variada e extensa fonte bibliográfica, porém, percebe-se que a aplicação prática da atividade de inteligência como norteadora da solução deste problema pelas forças policiais ainda é incipiente na maioria dos estados e são poucas as organizações que contam com a formalização de um planejamento para esta realidade. Desta forma, em termos práticos não se encontram de maneira satisfatória, estatísticas que auxiliem na constatação de eficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIN. Agência Brasileira de Inteligência. **Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência**. Brasília: ABIN, 2016.

ABIN. **Contraineligência**. Gov.br, 03 de nov. de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/abin/pt-br/assuntos/inteligencia-e-contraineligencia/CI>>. Acesso em: 08 de fev. de 2021.

AQUINO, Jânia Perla Diógenes de. **Violência e performance no chamado ‘novo cangaço’**: Cidades sitiadas, uso de explosivos e ataques a polícias em assaltos contra bancos no Brasil. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 13, núm. 3, p. 615-643, 2020.

ARAÚJO, R. T. DE; Farias, R. M. B. **História Secreta dos Serviços de Inteligência: origens, evolução e institucionalização**. 2005.

BARRETO, Alesandro Gonçalves. **Inteligência e Investigação Criminal em Fontes Abertas**. 1ª Edição. São Paulo: Editora, 2020.

BARREIRAS, Mariana Barros. **ABIN: Legislação de inteligência**. Salvador: Editora Juspodivm, 2018.

BETINNI, Eduardo. **Mamba Negra: O combate ao novo cangaço**. Paraná: Editora Alfacon, 2020.

BRASIL. DECRETO Nº 10.777, DE 24 DE AGOSTO DE 2021. **Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública**. Brasília, DF, 24 de agosto de 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10777.htm>. Acesso em: 07 jan 2022.

BRASIL. DECRETO Nº 10.778, DE 24 DE AGOSTO DE 2021. **Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública**. Brasília, DF, 24 de agosto de 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10778.htm>. Acesso em: 07 jan 2022.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Produção do Conhecimento de Inteligência**. Brasília, DF, 2019.

CARVALHO, Hugo Jorge Bravo De. **A inteligência policial militar estratégica no combate ao novo cangaço**. Goiânia, GO, 2018.

CEPIK, Marco. **Sistemas Nacionais de Inteligência: Origens, Lógica de Expansão e Configuração Atual**. Volume 46, Issue n. 1, 2003. Disponível em: <https://professor.ufrgs.br/marcocepi/publications/sistemas-nacionais-de-inteligencia-origens-logica-de-expansao-e-configuracao>. Acesso em 07 fev. 2022.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

DE OLIVEIRA, Cassius Marcelo Pereira. **A Gestão De Informações Criminais Na Polícia Militar De Minas Gerais: Visão Da Análise Criminal E Da Inteligência De Segurança Pública.** Belo Horizonte, 2013.

DE MORAIS, André Sette Carneiro. **“Novo Cangaço”, Os Crimes Contra Estabelecimentos Bancários: Em Busca Do Perfil Dos Criminosos.** Campina Grande, 2016.

DOS SANTOS, Ravilson Aparecido. **Análise da atuação do SIPOM no fenômeno de ataques a agências bancárias e similares no Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2018.

FEBRABAN. **Assaltos a agências bancárias caem 52,26% em 2020.** São Paulo, fev. 2021. Disponível em: <https://noomis.febraban.org.br/temas/seguranca/assaltos-a-agencias-bancarias-caem-52-26-em-2020>. Acesso em: 07 jan. 2022.

FERNANDES, Antônio José Martins. **O Conhecimento De Inteligência Estratégica: Essência Para A Efetividade Das Atividades Desenvolvidas Pela Polícia Militar De Minas Gerais Sob A Égide Do Paradigma Da Gestão Em Rede.** Belo Horizonte, 2012.

FERRO, C. M.; MORESI, E. A. D. Inteligência organizacional: identificação das bases doutrinárias para a investigação criminal. *DataGramaZero*, v. 9, n. 1, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6207>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FERRO JUNIOR, Celso Moreira. OLIVEIRA FILHO, Edemundo Dias de. PRETO, Hugo Cesar Fraga; colaboração de George Felipe de Lima Dantas. **Segurança Pública Inteligente (Sistematização da Doutrina e das Técnicas da Atividade).** Goiânia: Kelps, 2008

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério Do Silencio: A História Do Serviço Secreto Brasileiro - De Washington Luís a Lula, 1927-2005.** 1ª Edição. São Paulo: Record, 2005.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GONÇALVES, Fernando de Souza Nóia. **A atividade de inteligência como ferramenta para potencializar os serviços de polícia ostensiva no combate às organizações criminosas especializadas em roubos, na área do 11º bpm, entre os anos de 2015 a 2017.** Belo Horizonte, MG, 2018.

GONÇALVES, Joanisval Brito. Atividade de inteligência e legislação correlata. In:-----
---. **A atividade de inteligência.** São Paulo: Impetus; 6ª edição, 2018. cap. 1.

HUGHES-WILSON, John. **Military Intelligence Blunders.** Nova Iorque: Carroll & Graf Publishers, Inc, 1999.

MAGALHÃES, Wamberto Lima. **O exercício da inteligência estratégica pela**

segunda seção do estado-maior da polícia militar de minas gerais: uma análise conjuntural. Belo Horizonte. Academia de Polícia Militar/ Fundação João Pinheiro, 2011.

MARANHÃO. LEI Nº 10.131, DE 30 DE JULHO DE 2014. **Altera os dispositivos da lei nº 3.743, de 2 de dezembro de 1978, e da lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, e dá outras providências.** São Luís, MA, 30 de julho de 2014. Disponível em: < <https://leisestaduais.com.br/ma/lei-ordinaria-n-10131-2014-maranhao-altera-os-dispositivos-da-lei-n-3743-de-2-de-dezembro-de-1978-e-da-lei-n-6-513-de-30-de-novembro-de-1995-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 07 jan 2022.

MEDEIROS, Renato Trovão De, ALVES, Roberth Roner Da Silva. **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA 2ª SEÇÃO DO EMG/PMMA, COMO ÓRGÃO MACRO DE INTELIGÊNCIA, NA PERSPECTIVA DE SISTEMATIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NA CORPORAÇÃO.** Monografia (Curso De Aperfeiçoamento De Oficiais - Cao). Academia De Polícia Militar Cel. Milton Freire De Andrade. Natal, RN. 2011.

SODRÉ, Ronaldo Barros. **O novo cangaço no Maranhão**, Confins [Online], 37 | 2018. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/confins/15811>>. Acesso em: 22 de jan. de 2021.

VOLKMAN, Ernest. **A história da espionagem: O mundo clandestino da vigilância, espionagem e inteligência, desde os tempos antigos até o mundo pós 9/11.** São Paulo: Editora Escala, 2013.